



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO FUNDAMENTAL:
VIVÊNCIAS DOCENTES**

ANY GABRIELA SANTOS DA CUNHA

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO FUNDAMENTAL:
VIVÊNCIAS DOCENTES**

ANY GABRIELA SANTOS DA CUNHA

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



ANY GABRIELA SANTOS DA CUNHA

**OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO FUNDAMENTAL:
VIVÊNCIAS DOCENTES**

APROVADA EM: 08/05/2023

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia, Departamento de Educação, da
Universidade Federal de Sergipe e aprovada
pela Banca Examinadora.

Prof^a. Dr^a. Anamaria G. Bueno de Freitas (Orientadora)
Departamento de Educação /UFS

Prof^a. Dr^a. Maria José Dantas (1^a Examinadora)
Departamento de Educação /UFS

Prof^a. Ma. Tathiana Santos Soares (2^a Examinadora)

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
BRASIL 2022-2

RESUMO

As transformações ocorridas com o avanço da pandemia do Coronavírus causaram mudanças e atingiram as diferentes áreas da sociedade, seja ela social, cultural, política, econômica e também, a educacional. O presente estudo objetivou analisar, a partir das vivências das professoras das escolas de ensino fundamental, os principais impactos e desafios no período inicial de pandemia da Covid-19. As metodologias adotadas na pesquisa foram: bibliográfica, documental e qualitativa, com uso de roteiro de entrevista. As educadoras entrevistadas enfrentaram desafios pessoais e institucionais durante a pandemia da Covid-19, percebemos ainda a desigualdade no acesso às tecnologias para o ensino e no apoio das escolas e dos familiares entre as redes pública e privada. Constatamos também a importância da formação continuada para o exercício docente, na atualidade.

Palavras-chave: Covid-19. Educação. Pandemia. Professoras. Tecnologia.

ABSTRACT

The transformations that have occurred with the advance of the Coronavirus pandemic have caused changes and reached different areas of society, be as social, cultural, political, economic, and educational. The present study aimed to analyze, based on the experiences of elementary school teachers, the main impacts and challenges in the early period of the Covid-19 pandemic. The methodologies adopted in the research were: bibliographical, documental, and qualitative, using an interview script. The interviewed educators faced personal and institutional challenges during the Covid-19 pandemic. We also noticed the inequality in access to technologies for teaching and supporting schools and family members between public and private networks. We also noted the importance of continuing education for teaching nowadays.

Keywords: Covid-19. Education. Pandemic. Teachers. Technology.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo bem mais precioso que pode existir, a vida. Foi o Senhor que me deu força e sustento para ir em busca dos meus sonhos e objetivos. Me mostrou ainda o quão sou forte e capaz de ir além. Foram grandes desafios até aqui, mas, mais fortes que os obstáculos, é a minha fé na vida e no Deus do impossível.

Aos meus pais, Ane Célia e Gilmar, que estiveram sempre ao meu lado, me dando todo apoio, força e suporte durante esses anos. São os senhores a minha maior motivação e este trabalho é dedicado especialmente a vocês.

Ao meu irmão Gustavo, por todo apoio e incentivo recebido.

Agradeço também aos meus avós, Maria Ivanete e Silvano, por sempre estarem comigo, me auxiliando e dando todo o suporte.

À Universidade Federal de Sergipe e à todos os professores e professoras do Departamento de Educação e também aqueles do Centro Educacional Futuro Feliz e do Instituto Federal de Sergipe, por me proporcionarem a aquisição do meu maior bem, o conhecimento.

Em especial, à minha professora-orientadora, Anamaria Bueno, por todo acolhimento, disposição e carinho. A senhora fez essa jornada, mais leve. Saiba que tenho uma grande admiração pela pessoa e profissional que és.

Às minhas amigas dessa caminhada acadêmica, Yasmin, Laryssa, Shirley e Thaislane, por todas as trocas, partilhas e risadas ao longo desses anos de graduação. Às minhas irmãs de coração, Rita, Raiana, Ana Beatrys e Bianca por todas as palavras de incentivo.

À todos, manifesto meus sinceros agradecimentos e minha gratidão.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	08
2.CONHECENDO A COVID-19	12
2.1. Variantes da Covid-19	18
2.1.1 Variante Alfa	18
2.1.2 Variante Beta	19
2.1.3 Variante Gama	19
2.1.4 Variante Delta	20
2.1.5 Variante Ômicron	20
2.2 Vacinação contra a Covid-19	21
2.2.1 CoronaVac	22
2.2.2 AstraZenica	23
2.2.3 Pfizer	24
2.2.4 Janssen	24
2.2.5 Vacinação Infantil contra a Covid-19	25
3. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19	26
4.ESCUTANDO E APRENDENDO COM AS PROFESSORAS	39
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

A temática foi escolhida devido à experiência do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, no período de 2020-2022. Como estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal de Sergipe, pude vivenciar o ensino remoto e todos os transtornos e necessidades de múltiplas adaptações.

Com base nas observações dos embates para a retomada do ensino presencial, no Brasil, durante o período em que havia um elevado número de mortes desencadeados pela doença, fiquei curiosa e decidi investigar como o processo foi vivenciado pelas professoras¹ do Ensino Fundamental, como conviveram com esse momento, e quais os maiores impactos presenciados por elas.

Entre os inúmeros problemas causados pelo novo Coronavírus, no que diz respeito à educação e ao ensino, a falta de estrutura física, a ausência de equipamentos adequados, e o despreparo das escolas do Ensino Fundamental, foram fatores responsáveis por agravar os péssimos índices de aprendizagens no Brasil. Segundo a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), o povo brasileiro ficou mais tempo com as escolas fechadas, gerando um total de 178 dias em 2020, com ausência de aulas presenciais. Por essa questão, entendemos que é necessário um levantamento acerca deste processo e da retomada das aulas presenciais, com base em estudos bibliográficos e em relatos e depoimentos de professoras, que ficaram à frente da sala de aula e responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, muitas vezes, sozinhas e sem respaldo institucional.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar, a partir das vivências das professoras de escolas de Ensino Fundamental, os principais impactos e desafios no período de pandemia da Covid-19. Como objetivos específicos buscamos: identificar estratégias e metodologias utilizadas por ocasião do isolamento social, bem como, no processo de retomada das aulas presenciais; discutir sobre a importância da formação continuada; investigar o acesso às novas tecnologias de ensino por estudantes e professoras do Ensino Fundamental.

¹ Gostaríamos de entrevistar professores e professoras, mas só conseguimos professoras para participar das entrevistas.

A metodologia utilizada no presente estudo foi, inicialmente, a bibliográfica, que tem como objetivo reunir dados e informações a respeito do tema, a fim da sua elaboração e fundamentação consistente em fatos científicos. A pesquisa foi feita com base em artigos científicos, livros e documentos, visando fazer um apanhado sistemático através dessas leituras e fichamentos dos textos e fontes documentais. O estudo bibliográfico é uma fase primordial, é através dele que realizamos um levantamento sobre o assunto e temos uma análise crítica do tema.

Faz-se necessário o desenvolvimento de um estudo das referências bibliográficas, pois, é importante o bom conhecimento do assunto a fim de tornar a pesquisa exploratória e rica em dados reais. Também fizemos a análise documental das resoluções, portarias e normas do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação.

A pesquisa qualitativa com o uso de coleta de dados a partir de entrevistas, também foi uma metodologia adotada a fim de colher as informações necessárias para embasar o estudo. De acordo com Zanette,

O dispositivo entrevista individual ou em grupo, como instrumento para construir achados de campo, é uma ferramenta apropriada para compreender os dizeres dos entrevistados no processo da descrição do objeto da investigação pedagógica em educação. (2017, p.149)

Utilizamos um roteiro de entrevista para coletar as vivências das professoras (verificar Apêndice A), pois, percebemos a necessidade de ouvir as professoras, com a devida atenção e cuidado, na tentativa de compreender melhor as suas vivências e experiências em sala de aula, sejam elas virtuais ou presenciais, durante o período de isolamento social, provocado pela pandemia do Coronavírus e na retomada das aulas presenciais nos anos 2020-2022. Para Queiroz (1988, p.22), “a entrevista semi-estruturada, é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”.

No roteiro da entrevista, foram listados aspectos sobre a experiência docente, as adaptações que foram necessárias, recursos didáticos utilizados, comportamento dos estudantes, relacionamento com os pais ou familiares, metodologias adotadas, apoio pedagógico, aprendizados mais significativos, desafios enfrentados, gastos financeiros, entre outros temas. Após conversar pessoalmente ou via *Whatsapp* com as professoras

sobre como era o estudo e seus principais objetivos, deixamos o roteiro da entrevista nas escolas em que lecionavam, a fim de que pudessem responder as perguntas com tranquilidade. Assim que finalizaram, mandaram mensagens no aplicativo a fim de que pudéssemos receber as respostas.

A pesquisa não teve como finalidade expor as professoras nem tampouco as instituições de ensino, mas sim de analisar as vivências de cada professora, respeitando sua individualidade. Foram entrevistadas 10 professoras da rede pública e privada dos anos iniciais do Ensino Fundamental dos seguintes municípios sergipanos: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e Salgado.

Esta monografia está estruturada em cinco partes. A introdução que apresenta os objetivos da investigação, as metodologias e as técnicas de pesquisas utilizadas, entre outros elementos. Três seções temáticas e as considerações finais, onde abordamos os principais resultados da pesquisa.

Na primeira seção temática do presente estudo, abordamos como foi a chegada do Coronavírus pelo mundo e especificamente no Brasil. Discutimos ainda sobre como se deu o período de pandemia, sua forma de contaminação e transmissão, as principais variantes e vacinas, testes laboratoriais de identificação, recomendações da Organização Mundial de Saúde, entre outros aspectos.

Já na segunda seção, o foco foi sobre a educação e o ensino em tempos de pandemia. Tratamos sobre os altos índices de analfabetos totais e funcionais, a defasagem escolar, a relevância do Ensino Fundamental, e também, sobre os impactos causados pela pandemia do Coronavírus no âmbito educacional, com ênfase na importância da formação continuada e acesso a aparelhos tecnológicos. Foi abordado, ainda, as principais portarias, resoluções e normas adotadas pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação durante o período 2020-2022.

Na terceira seção foram feitas as análises das entrevistas realizadas com as professoras do Ensino Fundamental, discorrendo sobre as perguntas e respostas dadas pelas mesmas. Durante a seção, observamos os principais desafios vivenciados e aprendizados adquiridos. Por fim, discorreremos sobre a importância do papel dos professores na educação.

Entendemos que os resultados da nossa investigação não devem ser generalizados, tendo em vista ter sido uma pesquisa qualitativa realizada com um pequeno número de professoras do Ensino Fundamental. Mas, percebemos em outras pesquisas sobre temáticas relacionadas, vivências muito próximas e o enfrentamento a desafios comuns ao grupo pesquisado.

2. Conhecendo a Covid-19

O Coronavírus faz parte de uma grande família viral, conhecida desde os anos de 1960, que acometia animais como morcegos e macacos. Mas, em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, uma epidemia causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave-Coronavírus 2 (SARS-CoV-2) se espalhou em outras cidades chinesas e nos demais países do mundo.

A existência de um grande reservatório dos vírus para o tipo SARS-CoV, como os morcegos-ferradura, em companhia com a cultura de comer mamíferos exóticos no sul da China, é uma verdadeira bomba relógio. A possibilidade do ressurgimento da SARS e outros novos tipos do vírus em animais ou laboratórios criam, portanto, a necessidade de gestão de risco (*preparedness*), que não deve ser ignorada. (CHENG, *apud.* MARQUES, SILVEIRA, PIMENTA, 2020, p. 238).

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o surto do novo Coronavírus constituía o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa foi a sexta vez na história em que uma emergência desse tipo foi declarada. Anteriormente, as emergências foram: Pandemia do H1N1(2009), disseminação internacional de Poliovírus (2014), surto de Ebola na África Ocidental (2014), vírus Zika e aumento de casos de Microcefalia e malformações congênitas (2016) e o surto de Ebola na República Democrática do Congo (2018).

Foi em 11 de março de 2020 que após a inserção do novo Coronavírus nos seres humanos, os estudiosos afirmaram que estávamos passando por um momento de “pandemia”. Esse termo refere-se à distribuição geográfica de uma doença e não está relacionado com a sua gravidade, apenas quer dizer que há surtos em vários países e regiões do mundo. O diretor geral da entidade, Tedros Adhanom, afirmou: “A OMS tem tratado da disseminação em uma escala de tempo muito curta, e estamos muito preocupados com os níveis alarmantes de contaminação. Por essa razão, consideramos que o Covid-19 pode ser caracterizado como uma pandemia”. (ADHANOM, *apud.* EFEITOS, 2021, s/p)

A Covid-19, termo usado para caracterizar a doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, é uma doença causada pela família *Coronaviridae*. A proteína

Spike ou proteína S que se liga fortemente à enzima ACE2 (enzima de conversão de angiotensina tipo 2), nele composto, é responsável pela adesão do vírus às células do hospedeiro que atuam no processo de interiorização, em que ocorre a fusão entre as membranas viral e da célula de entrada do vírus no citoplasma. Esses vírus são partículas acelulares constituídas de um fragmento de DNA ou RNA envolto por uma cápsula proteica, o capsídeo.

A disseminação da doença aconteceu de uma forma muito rápida. É através das gotículas da boca e do nariz que o vírus se espalha pelo ar, e infecta os seres humanos. Outra forma de contrair a doença é a partir de objetos e superfícies contaminadas através de espirros. Contudo, sua transmissão acaba se espalhando drasticamente e por isso, requer um cuidado especial.

É transmitido de pessoa para pessoa por pequenas gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com COVID-19 fala, tosse ou espirra. Essas gotículas também contaminam objetos e superfícies ao redor da pessoa, e assim os seres humanos se contaminam quando tocam nesses objetos ou superfícies com as mãos ou outra parte do corpo e, em seguida, tocam nos olhos, nariz ou boca. (VELHO, *apud*. BERTHOLD, 2020, s/p).

O Coronavírus se espalha com mais frequência em ambientes fechados e multidões devido à pouca circulação de ar. É por isso que uma das recomendações feitas pela OMS foi a quarentena, período de isolamento em que as pessoas só saíam de casa para realizar algum tipo de necessidade básica, como ir a farmácias e supermercados. No dia 15 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, além do governo federal, o governo dos Estados e municípios também teriam o poder para definir as suas medidas de isolamento e de quarentena. Desde então, os governos estaduais tomaram diversas medidas para a contenção da disseminação do vírus.

A rápida propagação da Covid-19 para todas as regiões do planeta e a inexistência inicial de uma vacina ou de qualquer medicamento antiviral específico e cientificamente comprovado capazes de, respectivamente, prevenir e tratar a doença levaram à implementação de quarentenas e lockdowns em vários países. Essas medidas extremas visavam garantir o distanciamento social e assim reduzir os níveis de contágio. A principal preocupação de governos do mundo inteiro era evitar o colapso dos sistemas de saúde de seus países, que poderia ocorrer se o número de doentes necessitando de internação fosse maior que o de leitos disponíveis nas unidades hospitalares. (MAGALHÃES, 2021, s/p).

O uso de máscaras, higienizar sempre as mãos com álcool, manter o distanciamento social, cobrir a boca com as mãos ao espirrar ou tossir, higienizar objetos compartilhados e evitar aglomerações foram as principais recomendações iniciais, dadas pela OMS e a comunidade médica, a fim de diminuir a disseminação desse vírus tão contagioso. Sem remédio para combater e vacina para imunizar, no início de 2020, a solução era cumprir as orientações feitas por estudiosos e pesquisadores.

Com medo da infecção, a população, em geral, adotou rapidamente o uso de máscaras no dia a dia. Havia aquelas que utilizavam as descartáveis, outras de pano e alguns passaram até a personalizar de acordo com o gosto pessoal. George Gao, Diretor-Geral do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China, em entrevista à revista Science, afirmou:

O grande erro nos Estados Unidos da América e na Europa, é que as pessoas não estão usando máscaras. [...] Muitas pessoas têm infecções assintomáticas ou pré-sintomáticas. Se usam máscaras, isso pode impedir que gotículas que transportam o vírus se espalhem e infectem outras pessoas. (GAO *apud*. GARCIA, 2020, p.2).

Os sintomas mais comuns da Covid-19 eram: febre, cansaço, tosse seca, dor de garganta, perda de olfato e paladar, diarreia, calafrios, dor de cabeça e nos músculos, além de congestionamento nasal. Vale ressaltar ainda que os sintomas variavam de pessoa para pessoa, e a doença tinha mais risco para aqueles que eram idosos, possuíam algum tipo de comorbidade ou doença pré-existente. Quando a doença avançava para estados mais críticos, era comum o aparecimento de crises respiratórias agudas-graves. E com esse agravamento, era necessário a internação dos doentes para receber o devido cuidado médico necessário e se preciso, utilizar equipamentos como o oxigênio.

A presença do oxigênio nos hospitais durante um período no Brasil se tornou raridade. O insumo ficou escasso durante um período em 2020 no estado Amazonas, no norte do país. Na corrida para livrar as pessoas da morte, familiares precisaram comprar cilindros. Artistas e empresários de várias regiões também ajudaram nessa luta e ofertaram o gás para os hospitais. A falta desse insumo deixou evidente o despreparo do governo e o estado de calamidade que ficou o país.

Foram por essa e muitas outras razões causadas pelo despreparo do governo brasileiro, que milhares de pessoas perderam suas vidas para o vírus. O país demorou

muito para fechar as suas fronteiras, construir hospitais de campanha e conscientizar o povo sobre a doença. Foi preciso entrar em calamidade pública para darem a importância necessária ao novo Coronavírus. Durante vários meses eram vistas, cotidianamente, notícias em jornais, *sites* e revistas, sobre a falta de leitos nos hospitais para receber os doentes com sintomas respiratórios. Os estados começaram então a construir hospitais de campanha para receber os doentes, a fim de diminuir o colapso que a saúde pública se tornou no país.

A portaria Nº 1.514, de 15 de junho de 2020 estabelece que a estrutura de campanha está voltada à internação de pacientes com sintomas respiratórios de baixa e média complexidade: leitos de internação clínica e leitos de suporte ventilatório pulmonar. Este último se distingue do leito de Unidade de Terapia Intensiva, pois são leitos mais simples para pacientes que precisam de suporte de oxigênio, mas não estão em estado grave. Já os casos graves devem ser encaminhados para as UTIs hospitalares. Além disso, é importante observar o tipo de estrutura adotada. (FERREIRA, 2020, s/p).

Apesar das medidas criadas pelo governo federal, o número de mortes e infectados pelo vírus SARS-CoV-2 foi alto no Brasil. Com 692.652 mortes desde o início da pandemia, a nação registrou 48.404 infecções e 191 mortes em 24 horas, segundo dados do Ministério da Saúde, em 22 de dezembro de 2022. O país está na posição 17º no ranking mundial de mortes proporcionais pela Covid-19. Esses dados referem-se apenas para as pessoas que testaram positivo para a doença. Sabemos ainda que muitos indivíduos ao possuir sintomas leves, não se deslocavam a um posto de saúde ou hospital mais próximo para fazer os testes específicos da Covid-19.

No Brasil, o diagnóstico laboratorial se destacou como uma ferramenta essencial para confirmar os casos da Covid-19 no país. No cenário da pandemia causada pelo novo Coronavírus, a Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública foi a grande responsável pela distribuição e monitoramento dos insumos enviados aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) e laboratórios parceiros do Ministério da Saúde. Os testes desenvolvidos para a detecção seguem normas e regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

De acordo com a entidade, os testes rápidos “são dispositivos de uso profissional, manuais, de fácil execução, que não necessitam de outros equipamentos de apoio (como os que são usados em laboratórios) e que conseguem dar resultados entre 10 e 30 minutos” (ANVISA, 2020). Dos 39 testes aprovados, 21 são denominados como

“rápidos”. Após o resultado obtido, um profissional de saúde, nesse caso o médico, precisava interpretar a resposta dada e considerando informações clínicas, sinais e sintomas do paciente, analisavam e realizavam o diagnóstico ou descartavam a doença.

Os testes rápidos deveriam ser feitos após o aparecimento de sintomas ou através do contato com uma pessoa infectada. Quando houvesse a presença de sinais da Covid-19, era importante e recomendado que as pessoas realizassem os testes entre o terceiro e o sétimo dia após aparecimento. O uso dos testes é de extrema importância para o controle da pandemia e para a identificação de novos casos.

Existiam quatro tipos de respostas para a Covid-19. Há aquelas pessoas assintomáticas, ou seja, ficam infectados com SARS-CoV-2 mas não desenvolvem sintomas da Covid-19, mesmo assim, são capazes de transmitir a doença para familiares, comunidade e amigos. É um tipo muito complicado pois sem o isolamento adequado, as chances de se propagar são muito grandes e assim não é possível ter um maior controle sobre os números de casos.

Havia também os casos pré-sintomáticos de Covid-19 a qual as pessoas apresentavam sintomas e sinais leves, mas eram capazes de infectar outros indivíduos. Em média os infectados transmitiam o vírus antes mesmo de aparecerem os sintomas para si, levando um tempo de dois a três dias para os primeiros sinais de infecção. Esse tipo foi bem alarmante pois é impossível impedir a contaminação para terceiros.

Os casos leves da Covid-19 eram mais fáceis de controlar pois, dificilmente, se tornaria um caso grave. Nesse tipo, os sintomas mais comuns deveriam surgir como dor de garganta, febre e tosse seca por um curto período de dias. Entretanto, a contaminação do vírus acontecia normalmente e, portanto, era preciso tomar os cuidados para combater a proliferação e manter o isolamento social.

Já os casos sintomáticos, as pessoas infectadas possuíam os sintomas a partir de 2 a 14 dias após a exposição ao vírus, que é o chamado período de incubação. Normalmente, os sintomas costumavam aparecer a partir do quinto dia de infecção ativa. Com relação ao tempo de duração da doença, dependia da particularidade de cada caso, mas em média de duas semanas ou até menos.

Os sintomas da Covid-19 poderiam durar dias, mas também chegar a anos. Uma pesquisa longitudinal, publicada pela Fiocruz Minas em maio de 2022, avaliou os efeitos da Covid-19 em 646 pacientes após 14 meses da infecção, ou seja, mais de um ano depois da infecção. Os resultados mostraram que metade dos pacientes continuou com sintomas. Além dos mais conhecidos, como fadiga e tosse persistente, havia ainda transtornos mentais, como insônia, ansiedade e tontura. A trombose, uma das sequelas mais graves, também apareceu na população monitorada.

Como todo vírus, o SARS-CoV-2 mudou de acordo com o passar do tempo. Por ser constituído por ácido ribonucleico (RNA), a facilidade que o vírus tem de se multiplicar e alterar são maiores. De acordo com Portal do Butantan:

As mutações acontecem quando o vírus se adapta ao ambiente para sobreviver. Ao invadir uma célula, o vírus entrega seu material genético aos ribossomos, estruturas nas quais são produzidas as proteínas das células. Os ribossomos montam as cópias do vírus. Sempre que isso acontece, existe a chance de acontecer um erro na réplica. Uma ou outra mutação pode dar vantagem ao vírus e, ao ser passado adiante, ele vai produzir cópias já com essa vantagem, se tornando uma variante. (POR QUE, 2021, s/p).

“As variantes surgem quando há mutações na cepa original, principalmente na proteína F, que é a responsável por permitir a entrada do vírus na célula humana”, explica o Dr. Alberto Chebabo, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). Até o momento, existem mais de 1000 variantes da Covid-19 e embora essas mutações já eram esperadas devido ser uma característica viral, precisamos de cuidado e olhar atento para todas as modificações. (ZOLIN, 2022, s/p).

Os estudiosos e pesquisadores dividiram as variantes em dois subgrupos. Para a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), foi considerada como uma variante de interesse se, em comparação com a variante original, seu genoma contiver mutações que alterem o fenótipo do vírus e se tiver sido identificada como causadora de transmissão comunitária, de múltiplos casos ou de *clusters* (agrupamentos de casos) da Covid-19 ou tiver sido detectada em vários países; ou ainda ser de outra forma avaliada como uma VOI (Variante de Interesse) pela OMS em consulta com o Grupo de Trabalho de Evolução do Vírus SARS-CoV-2. Exemplos dessas variantes são *Zeta*, *Eta*, *Theta* e *Epsilon*.

O outro grupo de variantes foi chamado de “Variantes de Preocupação”. Esse tipo acontece quando o vírus sofre mutações que permitem determinadas vantagens em relação às variantes anteriores, como aumento da capacidade de transmissão, doença mais grave ou escape imune. Como explica o doutor Alberto Chebabo, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI): “Cada mutação gera uma nova variante, mas elas tendem a desaparecer se não tiverem uma vantagem sobre a anterior. É por isso que, entre aquelas chamadas de variantes de preocupação, normalmente há uma substituição” (ZOLIN, 2022, s/p). Fazem parte desse subgrupo as variantes *Alfa*, *Beta*, *Gama*, *Delta* e *Ômicron*.

Entre os fatores ligados à diferença de uma variante para outra estão relacionados aos seus sintomas provocados, potencial de transmissão, replicação e à sua capacidade de driblar a proteção adquirida por meio de imunizante e anticorpos para quem já contraiu a Covid-19. A fim de nomear os tipos de variantes e não confundi-los, a OMS decidiu se referir com nomes de letras do alfabeto grego para assim, evitar associações erradas com os países onde foram identificadas pela primeira vez.

2.1. Variantes da Covid-19

2.1.1 Variante *Alfa*

Variante mais conhecida como B.1.1.7, foi identificada pela primeira vez em setembro de 2020, no condado de Kent, Reino Unido. Esse tipo é altamente transmissível e já foi detectado em mais de 80 países. Em contrapartida, as propriedades dessa variante não resiste aos fatores de proteção, principalmente com os anticorpos que o nosso próprio corpo usa para se proteger, seja com estímulo vacinal ou mesmo da própria doença. Como explica José Luiz Proença Módena, professor do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas, que coordenou o estudo publicado na plataforma *Preprints with The Lancet*:

Os resultados mostram que pessoas que foram vacinadas podem se infectar com a variante alfa e, independentemente de ter a doença ou não, transmitir o vírus a quem ainda não foi vacinado. Isso é preocupante porque pode gerar um gargalo de seleção para linhagens que podem voltar a causar a doença mesmo em pessoas vacinadas. E mostra a importância de manter medidas de distanciamento social e o uso de máscara. (VACINADOS, 2021, s/p)

Os sintomas mais persistentes foram perda ou alteração no olfato e paladar, febre, tosse persistente, perda de apetite, dores musculares e calafrios. Com relação a sua taxa de transmissão, a primeira variante identificada possui uma taxa de 30% a 50% maior comparada com a versão original do vírus. Sua cepa causou maiores danos em países como Reino Unido e Estados Unidos. Já no Brasil, essa variante não obteve um grande número de casos, pois na época circulava, predominantemente, casos da *Gama*. A variante *Alfa* possui um total de 22 mutações, sendo a principal a N501Y.

2.1.2 Variante *Beta*

A variante B.1.351, se deu inicialmente na África do Sul, em dezembro de 2020. Esse foi o tipo que mais se espalhou pelo mundo. Entretanto, é a variante que mais possui a capacidade de driblar as nossas proteções, os anticorpos que possuímos naturalmente e com uso das vacinas. Os sintomas mais comuns foram febres, tosse, diarreia, dor de garganta, vômito, fadiga, dor no corpo e cansaço. A *Beta* alcançou os Estados Unidos, Canadá e mais 58 países. No Brasil, o primeiro caso foi detectado em abril de 2020.

2.1.3 Variante *Gama*

A famosa P1, foi descoberta no final do ano de 2020 em japoneses que voltavam do Amazonas. Em comparação com as demais variantes, pode-se afirmar que ela é mais transmissível, mas nem tanto como a *Alfa*. E, tem capacidade de contornar o sistema defensivo, mas nem tanto como a *Beta*. O surgimento dessa cepa foi responsável pela segunda onda de contágios no Brasil e em países vizinhos como Peru, Paraguai, Venezuela e Bolívia. A diretora da Organização Pan-Americana da Saúde, Carissa Etienne, em março de 2021, considerou o Brasil como uma forte ameaça para a região.

Foi durante esse primeiro trimestre de 2021 que a nação brasileira tinha em média nove pessoas mortas pela Covid-19 a cada dez minutos de acordo com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass). Nesse tempo, Manaus passou pela maior crise de falta de oxigênio hospitalar. A capacidade de transmissão e reinfecção foram os fatores decisivos para tornar esse tipo de variante alarmante no país. Seus principais sintomas foram febre, tosse, dor de garganta, diarreia, falta de ar, dor no corpo, cansaço e fadiga, de acordo com o Instituto Butantan.

Pesquisadores brasileiros publicaram na revista *The Lancet Regional Health*, os resultados de estudos voltados sobre o perfil de letalidade e mortalidade em pacientes hospitalizados com Covid-19 no Amazonas a qual mostrou que, após a introdução da variante *Gama* no Amazonas, jovens e mulheres enfrentaram casos graves e os números de mortes, conseqüentemente, aumentaram. Esse estudo revelou ainda um crescimento na taxa de mortalidade entre pessoas de 20 a 59 anos hospitalizados, seja homens ou mulheres. A pesquisa foi feita por epidemiologistas do Instituto Butantan, da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic em Campinas, da Universidade Federal do Ceará, do Instituto de Infectologia Evandro Chagas, da Fundação de Vigilância em Saúde no Amazonas e também da faculdade de medicina do Centro Universitário Christus.

2.1.4 Variante *Delta*

A variante B.1.617.2, conhecida também como variante indiana, foi identificada em outubro de 2020, na Índia, e é mais transmissível que a cepa original. Presente no Brasil e em mais de 100 países, esse tipo foi um dos principais fatores responsáveis por acelerar a pandemia no mundo devido ao fato que seus sintomas são parecidos com uma gripe comum.

A *Delta* apresenta alto risco de provocar hospitalização e foi comparada pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, com a doença Catapora devido a sua alta capacidade de transmissão. Entre os principais sintomas podemos destacar: dor de cabeça, mal-estar, coriza, dor de garganta e febre.

Através do apoio da equipe de professores da Universidade Federal de Minas Gerais, de abril a outubro de 2021, os pesquisadores estudaram a disseminação das variantes da Covid-19 presentes no Brasil em amostras coletadas em 15 unidades federativas abrangendo todas as regiões do país. O levantamento revelou que a *Delta* foi, inicialmente, detectada no dia 1º de junho e levou 16 semanas para se sobressair à variante *Gama*. Na segunda metade de agosto, compreendia mais de 60% dos casos. Em outubro, o índice ultrapassava os 90%. (MEDICINA S/A)

2.1.5 Variante *Ômicron*

A linhagem B.1.1.529 foi relatada à Organização Mundial de Saúde (OMS) em 24 de novembro de 2021 pela África do Sul. Essa variante infecta mais rapidamente os

tecidos do trato respiratório superior em vez dos pulmões, o que também contribui para que se dissemine com mais facilidade. Por causar uma doença mais leve, acaba resultando em uma menor taxa de detecção e, conseqüentemente contribui ainda mais para a transmissão.

De acordo com a Rede de Alerta de Variantes da SARS-CoV-2, na terceira semana epidemiológica de 2022, entre 16 a 21 de janeiro, a *Ômicron* já correspondia a 99,7% das amostras positivas no estado de São Paulo. Os principais sintomas dessa variante foram cansaço extremo, dor de cabeça e no corpo, coriza e congestão nasal.

2.2 Vacinação contra a Covid-19

O uso de vacina é responsável por estimular uma resposta rápida para o sistema imunológico a um vírus ou bactéria, o que a torna capaz de combater a doença de maneira eficaz. Foi no século XVIII, que Edward Jenner descobriu a primeira vacina de que se tem registro, a antivariólica. Mas, em pleno século XXI, ainda existem pessoas com rejeição ao uso dos imunizantes. Estudos revelam o quão é importante o uso da vacinação desde o nascimento das pessoas, aliás, pode até salvar vidas. Além disso, há todo um esquema, estudos e testes rigorosos e seguros antes de ser aprovada para o público alvo.

Além de beneficiar individualmente os seres, as vacinas são capazes de resguardar coletivamente, ou seja, garantem proteção e segurança para a comunidade em geral. Quando uma pessoa não se vacina, pode contrair a doença e transmiti-la para outros indivíduos que não foram imunizados. Logo assim, quanto mais gente estiver imunizada, menos a doença circula, podendo até chegar a uma erradicação como foi o caso da poliomielite e varíola. Entretanto, “apesar de nossa Constituição Federal assegurar que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, salvo em virtude da lei, princípio da legalidade (art.5º.inc.II da CF), a Carta Magna também estabelece a saúde como direito de todos, devendo o Estado assegurá-la, de forma a proteger a vida (art.196 da CF)” (SCAFF, 2020).

A esperança da população após a inserção do vírus na sociedade era a chegada de um imunizante que fosse capaz de nos proteger contra a doença. Foram meses de

longa espera, mas o vírus era algo muito novo, precisava de estudos suficientes para obter um resultado eficaz. Ficar dentro de casa, sem poder ver familiares e amigos, trabalhar ou estudar era muito difícil, pois privou a nossa liberdade. Entretanto, era a única saída para evitar uma maior transmissão da doença. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as vacinas evitam a morte de dois a três milhões de pessoas por ano. A vacina contra a Covid-19 é a única forma eficaz de prevenção (TRE-SE, 2021). O ano de 2021 chegou então cheio de expectativas de melhorias. Em janeiro foi aprovada pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a primeira vacina no Brasil, a CoronaVac. Em seguida foram aprovados mais três tipos, a AstraZeneca, Pfizer e Janssen.

2.2.1 CoronaVac

Esse tipo de imunizante teve o seu uso emergencial aprovado, em 17 de janeiro de 2021 pela ANVISA. A CoronaVac foi desenvolvida através da aliança entre o Instituto Butantan, no Brasil, em parceria com o laboratório Sinovac Biotech de Pequim, na China. Essa vacina não precisa ser congelada, e tanto o produto final como a matéria-prima para a formulação da CoronaVac podem ser transportados refrigerados a 2–8°C, o que facilita sua distribuição e uso.

Com garantia de proteção de até 50,8% após a segunda dose, a primeira vacina usada no Brasil, foi capaz de evitar em 100% casos graves, internações e mortes pela doença em casos graves e moderados e de até 78% para os infectados com casos leves. “As vacinas são seguras, foram testadas e aprovadas pela Anvisa. Portanto, a nossa recomendação é que todos completem o ciclo vacinal. Inclusive com a aplicação da dose de reforço, que, em geral, é oferecida 4 meses após a segunda aplicação” (QUAL, 2022, s/p), reforça o diretor executivo da Secretaria da Saúde de Santa Catarina, Andrei Kolaceke.

Para a fabricação das doses, os cientistas e pesquisadores utilizaram a técnica do vírus inativado, ou seja, foram expostos em laboratório a calor e produtos químicos para não serem capazes de se reproduzir. Com isso, há uma resposta imune criando automaticamente no nosso organismo uma memória de como se proteger contra a doença. A aplicação aconteceu em duas doses, sendo a segunda com um intervalo de 14

a 28 dias após a aplicação da primeira. Entre os efeitos colaterais estão: dor de cabeça, cansaço, dor no local da aplicação, enjoo e diarreia.

Vale ressaltar a importância do Instituto Butantan para trazer as primeiras doses para o povo brasileiro e demais países. A aliança com os chineses trouxe resultados satisfatórios e é importante para o bem-estar, economia e vida de todos. Como o responsável pelo Instituto na época de elaboração de doses mesmo afirmou "Nossos esforços em incrementar o time de profissionais vêm do comprometimento do Butantan em disponibilizar rapidamente uma vacina para uso na população brasileira. Pela urgência, garantimos o terceiro turno da fábrica em uma rotina incessante de produção. Hoje, já temos em solo nacional 10,8 milhões de doses". (COVAS, 2021, s/p)

2.2.2 AstraZeneca

A vacina foi desenvolvida no Reino Unido por vários farmacêuticos em parceria com a Universidade de Oxford. A ANVISA aprovou seu uso em 12 de março de 2021 para os brasileiros após vários testes que revelaram sua eficácia em torno de 70%. Um estudo realizado pela Fiocruz apontou que a primeira dose já garante em média 76% de proteção entre 22 a 90 dias após a aplicação. Já depois da segunda dose, o percentual sobe para 82%.

Contudo, seus efeitos colaterais foram bastante repercutidos no início da campanha de vacinação. Por causar muita dor de cabeça, sensação de calor, coceira e sensibilidade no local, febre, enjoos e dores musculares, muitas pessoas não queriam tomar as doses e escolhiam outro tipo de vacina. Esse tipo de ação não deveria acontecer pois todas as vacinas possuem reações e o importante é a imunidade proporcionada pela mesma.

Os efeitos colaterais relatados das vacinas COVID-19 têm sido, em sua maioria, leves a moderados e não duraram mais do que alguns dias. Efeitos colaterais típicos incluem dor no local da injeção, febre, fadiga, dor de cabeça, dor muscular, calafrios e diarreia. As chances de qualquer um desses efeitos colaterais que ocorrem após a vacinação diferem de acordo com a vacina específica. (Organização Mundial da Saúde, 2021).

A fórmula utiliza a tecnologia biomolecular conhecida como vetor viral, a qual um adenovírus de resfriado comum é modificado geneticamente e recebe um pedaço da proteína S, presente no vírus da Covid-19. Esse adenovírus serve para transportar essa

proteína para o organismo, quando é identificado, o sistema imunológico entra em ação e cria anticorpos.

2.2.3 Pfizer

As primeiras remessas da vacina Pfizer chegaram ao Brasil em fevereiro de 2021 após a aprovação da ANVISA. Produzida pela farmacêutica norte-americana Pfizer em parceria com a empresa alemã BioNTech, o imunizante utiliza a tecnologia de RNA mensageiro, a qual o material genético sintético, que carrega o código genético do SARS-CoV-2, e estimula o organismo a gerar anticorpos contra o vírus.

O esquema vacinal para uma completa imunização é de duas doses, com intervalo de 21 dias entre uma e outra. É após a segunda dose que a vacina apresenta uma taxa de eficácia de 91,3%. Seu uso é apropriado para pessoas acima de 16 anos. A vacina Pfizer tem as mesmas contraindicações que qualquer outra vacina, quanto a pacientes alérgicos, não sendo recomendada em pacientes que já tenham tido reações alérgicas a seus componentes.

As reações mais comuns são febre, dor de cabeça, fadiga e dor no local da aplicação. Todos os sintomas são passageiros e podem aparecer e sumir em até 48 horas. O aconselhamento dado por médicos é que é necessário esperar no mínimo 30 dias, caso a pessoa contraia gripe ou Covid-19 para que tenha uma recuperação apropriada antes de tomar doses de vacina, tanto a Pfizer como todas as outras, a fim de não confundir os sintomas.

2.2.4 Janssen

A vacina da Covid-19 produzida pela empresa farmacêutica Johnson & Johnson, utiliza a tecnologia do vetor viral não replicante, onde usa um adenovírus modificado geneticamente para estimular a produção de anticorpos no organismo. Esse adenovírus transporta a proteína S, presente no vírus SARS-CoV-2. Ao identificar a proteína, o organismo cria anticorpos necessários para o combate.

Esse tipo de imunizante é seguro e foi aprovado pela ANVISA em 31 de janeiro de 2021. Com 85% de eficácia para prevenir casos graves da doença após 28 dias de aplicação. A vacina inicialmente era para ser aplicada em dose única, no entanto, alguns países decidiram utilizar dose de reforço após 2 a 6 meses para melhores resultados. Os

efeitos colaterais comuns são: dor no local de aplicação, dor de cabeça e musculares, náuseas e cansaço.

2.2.5 Vacinação infantil contra a Covid-19

Após um ano da chegada das vacinas para jovens, adultos e idosos, chegaram as doses pediátricas para crianças no Brasil. Especificamente em 17 de janeiro de 2022, as crianças brasileiras recebiam a primeira dose de imunizantes. Foi um marco muito importante pois as crianças são capazes de transmitir o vírus para outras pessoas.

A vacinação infantil aconteceu por faixa etária. As crianças de 6 meses a 4 anos e 11 meses recebem a vacina Pfizer Baby que é aplicada em três doses, com um intervalo de quatro semanas entre as duas primeiras e de oito semanas entre a segunda e a terceira dose. A vacina CoronaVac pode ser aplicada nas crianças de 3 a 4 anos em duas doses e intervalo de 28 dias. Já aqueles com idade de 5 a 11 anos recebem doses da Pfizer pediátrica que consiste em duas doses e intervalo de 21 dias. Para receber o imunizante, todas as crianças devem sempre estar acompanhadas com algum de seus responsáveis, além de documento de identificação e cartão de vacina.

Em janeiro de 2023, a OMS recomendou a aplicação de doses de reforço para crianças de 5 a 11 anos. De acordo com o Ministério, para a análise da recomendação de dose de reforço para esse público, entre outros critérios, foi observado o aumento dos níveis de anticorpos depois da aplicação da dose complementar. Os resultados mostraram que as crianças avaliadas apresentaram aumento de seis vezes no número de anticorpos após a dose de reforço.

Diante de tantos desafios e mudanças na vida por conta da Pandemia da Covid-19, sabemos que uma das instituições que sofreu grande impacto, durante o processo de isolamento social foi a escola. Neste sentido, nosso estudo procurou ouvir professoras do Ensino Fundamental, e compreender como foi para elas lidar com as situações de ensino e de aprendizagem, durante os anos de 2020 e 2022.

3. Educação em Tempos de Pandemia da Covid-19

A educação é a forma de atuação mais importante para a transformação da sociedade. É através dela que os indivíduos conseguem obter o pleno desenvolvimento como pessoa, garantindo não apenas uma boa qualificação profissional, mas também o seu preparo para o exercício da cidadania, como prevê a Constituição Federal de 1988. Quando bem disseminada, é capaz de derrubar as desigualdades sociais e barreiras impostas aos menos favorecidos. Garante ainda conhecimentos, desenvolve habilidades, criticidades e inserção na cultura. Logo assim, a educação serve como base para o empoderamento humano.

No Brasil, o acesso a todos os níveis de educação ainda é um problema persistente a vários anos. Muitos indivíduos ainda são considerados analfabetos, ou seja, não sabem ler e escrever. Há ainda aqueles chamados de analfabetos funcionais, que sabem ler e escrever, mas não conseguem interpretar textos simples ou resolver contas matemáticas elaboradas. Para o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), a alfabetização pode ser classificada em quatro níveis: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar (ambos considerados analfabetos funcionais), alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno (esses dois últimos considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente).

De acordo com o Serviço Social da Indústria (SESI), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, mais de 10 milhões de brasileiros com 15 anos de idade ou mais não são alfabetizados no país. Esses dados são alarmantes, pois o analfabetismo aumenta as desigualdades do povo brasileiro. Uma das metas do Plano Nacional de Educação é erradicar o analfabetismo até 2024, mas sabemos que se trata de um grande desafio, pois muitas das pessoas analfabetas deixam as escolas para ir em busca de emprego, afetando assim as comunidades mais carentes de recursos e oportunidades.

Aliada ao analfabetismo, a defasagem escolar é outra questão que precisa de atenção e reparos, pois gera consequentemente em possíveis evasões escolares, altos índices de reprovações, e até mesmo, o aumento em números de analfabetos. Compreendida como a distância do que um aluno sabe e o que deveria saber de acordo

com a idade-série, a defasagem escolar causa nos alunos desestímulos, sensações de auto-insuficiência, incapacidade e outras, responsáveis por dificultar ainda mais seu desenvolvimento na aprendizagem. Para Bourdieu (1998), a herança cultural e as atitudes das famílias são os determinantes centrais da permanência na escola, do êxito escolar, da realização das transições escolares e da eliminação da defasagem idade-série por parte das crianças.

Com a chegada da pandemia da Covid-19, escolas e institutos educacionais do Brasil e do mundo precisaram fechar as portas para evitar a disseminação do novo Coronavírus e proteger a população contra a doença. A portaria nº 343 de 17 de março de 2020, se manifestou sobre a urgência substituição das aulas presenciais por aulas com uso de tecnologias digitais, possibilitando o uso do ensino remoto emergencial (ERE) em todo país, enquanto durasse a situação de pandemia do Coronavírus.

[...] atividades mediadas por plataformas digitais assíncronas e síncronas, com encontros frequentes durante a semana, seguindo o cronograma das atividades presenciais realizadas antes do distanciamento imposto pela pandemia. Na educação remota predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais. (ALVES, 2020, p.358 *apud*. SILVA NETO, PIRES, 2020, p.42).

Houve mudanças também com relação ao quantitativo de horas exigidas no calendário escolar. Foi criada a Lei 14.040/20, que suspendeu a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos no ano 2020 em razão do período pandêmico. A norma foi publicada no Diário Oficial da União e declarou que os estabelecimentos de educação infantil eram dispensados de cumprir os 200 dias do ano letivo e também a carga mínima de 800 horas. As escolas de Ensino Fundamental e Médio deveriam cumprir a carga horária, embora não precisassem seguir o número mínimo de dias letivos exigidos.

O ERE é um tipo de ensino que busca uma solução temporária para uma determinada situação. Com relação a pandemia da Covid-19, esse método possibilitou a continuação das atividades educacionais dos estudantes. O ensino remoto tem características parecidas com a forma de ensino Educação a distância (EAD), por fazer o uso da tecnologia como principal ferramenta, mas são diferentes já que o EAD é uma

modalidade pensada estrategicamente para ser *on-line* e o ERE é uma adaptação temporária do ensino presencial.

Tratando sobre as nomenclaturas EAD e a modalidade remota, há uma diferença entre o ensino online de qualidade – o que seria o EAD (ensino a distância) – totalmente pensado para um ambiente online de aprendizagem, com um design mais apropriado e o ensino remoto emergencial, que, como o próprio nome diz, é algo mais emergencial, feito às pressas, para um momento de crise, com o objetivo de os alunos realmente não ficarem sem os conteúdos dos componentes curriculares. (HODGES et al, 2020, *apud*. CINTRA et al).

O ERE foi então uma forma de ensino imposta muito rápida tanto para os professores, quanto para os alunos e familiares. A realidade do nosso país não advinha de aulas com a utilização de recursos tecnológicos sendo implantadas, principalmente em escolas públicas e nos níveis de ensino da educação básica, em que muitas vezes não possuíam computadores e salas de informática em seus ambientes. Alinhar o ensino remoto foi um desafio muito grande para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, visto que estávamos passando por um momento atípico com a pandemia do Coronavírus e a educação já passava por dificuldades e desempenhos abaixo do esperado.

Apesar de adotar um ensino emergencial a fim de dar seguimento com as aulas no Brasil, já eram previstos possíveis retrocessos na educação com relação aos índices de aprendizagens; danos sociais e emocionais dos estudantes, professores e familiares; e o escancaramento das desigualdades educacionais. O Conselho Nacional de Educação (CNE) – por meio do parecer N. 05/2020 aprovado em 28/04/2020 – determinou que a suspensão das atividades escolares presenciais poderia ocasionar:

Retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar. (BRASIL, CNE, 2020, p. 03)

Para todos os tipos de estudantes foi uma fase de adaptação. Os jovens, por serem acostumados com o uso frequente da tecnologia, conseguiram se adaptar melhor com a nova forma de assistir às aulas. Entretanto, para as crianças, especialmente as que

estavam nos níveis de Educação Infantil e Fundamental menor (1º ao 5º ano) foi mais desafiador, porque precisavam de um auxílio e suporte maior dos seus familiares.

A passagem ao modelo remoto para adolescentes e jovens já é desafiadora, mas a passagem a esse modelo para crianças, que necessitam de mais orientação e auxílio, é ainda mais desafiadora, até porque, para isto, é imprescindível o auxílio dos pais, o que gera maior demanda para os professores, que precisam sensibilizá-los a assumir a tarefa ao mesmo tempo em que estão conscientes das dificuldades que estes mesmos estão enfrentando (OLIVEIRA et al., 2020; MELO et al., 2020 *apud*. SOUZA, 2021, p.21).

É muito importante que as crianças frequentem desde cedo as escolas pois o seu rendimento e aprendizagem é mais significativo tanto para o seu desenvolvimento físico, como para o psicológico e motor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. Essa é a fase em que a criança frequenta a pré-escola, mais conhecida como a segunda fase da Educação Infantil. Essa fase estudantil tem como principal objetivo, promover nos pequenos estudantes, o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação. Portanto, é importante o ingresso das crianças nessa fase escolar.

Já o Ensino Fundamental engloba as crianças a partir dos 6 anos de idade completos até o dia 31 de março. O principal foco desse ensino é desenvolver as crianças linguisticamente e lógico-matematicamente. A alfabetização se dá nessa fase de ensino, portanto, é um período importante e complexo para os professores e alunos. Devemos salientar também que um bom desenvolvimento nesse processo é muito importante para o avanço escolar dos estudantes. Para a Base Nacional Comum Curricular:

Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BNCC, 2017, p.57-58).

O Ensino Fundamental é então uma fase essencial e obrigatória para as crianças. É a partir dela que os pequenos irão aprender a ler, escrever, resolver operações matemáticas, desenvolver o raciocínio lógico, noções de espaço e tempo,

conhecimentos históricos, geográficos e científicos, e a inserção na arte e cultura do seu povo. Contudo, mesmo com tamanha significância, o Ensino Fundamental foi a fase escolar mais afetada durante o período de pandemia. De acordo com os dados e pesquisas realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e Cenpec Educação, crianças de 6 a 10 anos foram as mais atingidas pela exclusão escolar durante o período pandêmico. Mesmo com o artigo 32, parágrafo 4º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, a qual diz que o ensino a distância pode ser utilizado no Ensino Fundamental como uma complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, a situação do ensino remoto não foi satisfatória nessa fase educacional.

A escola básica, sobretudo nas suas primeiras etapas de ensino, ainda não se encontra plenamente preparada para a contemplação de métodos de ensino não presenciais, visto que ainda há muitas fragilidades sociais e, consequentemente muitas escolas se inserem nesse contexto de vulnerabilidade, em que muitas são responsabilizadas por assumir um papel que transcende o educar. (VILLEGAS; SILVA, 2021, p.96).

A pesquisa “Todos pela Educação”, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também confirma a gravidade que a pandemia do Coronavírus deixou para as crianças do Ensino Fundamental. De acordo com os resultados, 2,4 milhões de crianças não foram alfabetizadas na faixa etária de 6 e 7 anos, representando assim, 40,8% do total de brasileiros dessa idade. Esse é um reflexo de uma sociedade que precisa de um olhar mais preciso para a educação. Os números de analfabetos precisam diminuir para que haja avanço na nossa sociedade. Vivemos em um país desigual, onde as oportunidades entre os ricos e os pobres são muito diferentes e distantes.

A pandemia não agravou apenas os índices de alfabetização no Brasil, mas evidenciou as desigualdades educacionais presentes no país, atingindo principalmente os alunos pretos, pobres e de regiões mais afastadas. As escolas públicas possuem um nível de precariedade maior em relação às escolas privadas, e isso não cabe apenas à estrutura física do ambiente escolar, nem da distribuição de renda entre as famílias ou materiais ofertados, mas o acesso não é igual para todos. Muitas famílias possuem dificuldades em conseguir matrículas em escolas próximas às suas residências e com a pandemia, a procura por escola pública aumentou, visto que foi grande o índice de desemprego no país.

A coordenadora pedagógica do cursinho popular Educafro, em Minas Gerais, e professora de História da rede pública municipal, em Divinópolis (MG) Thay Araújo, afirma que a desigualdade educacional sempre foi presente e a pandemia escancarou esse cenário. “A educação definitivamente não é inclusiva e pelo cenário político que a gente vê ela está longe de ser. Não temos uma educação de qualidade para todos e a educação é muito elitizada até hoje”. (FERREIRA; CALIXTO, 2021. s/p).

O ensino remoto, por sua vez, escancara ainda mais a disparidade no sistema educacional. Por necessitar do uso de aparelhos tecnológicos e de *internet*, famílias com baixa renda ficaram sem conseguir acesso às aulas remotas ou não podiam manter-se *on-line* durante o tempo ideal nas salas virtuais. Como as aulas eram gravadas ou 100% *on-line*, e eram sempre no mesmo horário do ensino presencial, ou seja, uma média de 4 horas diárias, era importante que as famílias possuísem aparelhos e *internet* adaptados para atender às necessidades das aulas *on-line*.

Paralelamente ao que era necessário para o bom desenvolvimento das aulas *on-line*, era a realidade do povo brasileiro que se mostrava muito distante do ideal. Segundo o IBGE, 4,3 milhões de estudantes entraram na pandemia sem acesso à *internet*. E destes, 4,1 milhões eram alunos da rede pública. Portanto, os filhos das famílias pobres estagnaram nos estudos, enquanto os filhos de famílias com melhor acesso à rede mantiveram o padrão de estudos, havendo assim, uma exclusão digital.

Os indivíduos digitalmente excluídos também o são socialmente, pois o acesso à informação e a capacidade de transformá-la em conhecimento são fatores decisivos da inclusão social, o que passa, necessariamente, pela educação de qualidade e acessível a todos. (GONÇALVES, 2013, p.9).

Além da falta de acesso a recursos tecnológicos para os alunos, era necessário que os alunos soubessem utilizar as ferramentas em que os professores gravavam as aulas. Como nem toda a população tinha acesso e domínio tecnológico, acessar as salas de aula virtuais foi desafiante para os estudantes. A pandemia da Covid-19 evidenciou assim os chamados “analfabetos tecnológicos”. Esse tipo de analfabetismo se refere às pessoas que, por falta de meios e de contato com a tecnologia, são incapazes de extrair dos recursos digitais e eletrônicos o que eles têm para oferecer.

Como os alunos, os professores também necessitaram aprender a manusear as ferramentas tecnológicas para dar seguimento no ensino. Estes, por sua vez, precisaram

modificar a sua forma de dar aula, saindo do método tradicional para um modelo de ensino contemporâneo. Essa nova forma de ensinar exigiu do professor aprender a lidar com a câmera, inovar a forma de ensinar de maneira pedagógica e convidativa, acolher os estudantes e familiares que se faziam presentes durante as aulas, e também a ensinar seus educandos nesse momento pandêmico e difícil para todos.

A maioria dos professores pertence a uma geração que não nasceu com a informática, se surpreendeu com o seu surgimento e ainda se assusta (ou pelo menos se incomoda) com a presença da tecnologia, a cada dia mais forte, nas escolas. Acostumados a viver em uma cultura escrita, se torna difícil pensar de uma forma desvinculada dela. Pensam nos efeitos da inserção do computador na educação, que ainda está sendo desvendado e temem por aquilo que já é de nosso domínio. A internet, a abundância de informações disponíveis e a possibilidade de acesso a elas, a velocidade de uma comunicação em tempo real, a aproximação de pessoas e de culturas distantes, são coisas que, muitas vezes, por não saber como lidar com elas, causam estranheza. (FERREIRA, 2008, p.72).

Dentre as ferramentas mais utilizadas no ensino remoto, podemos destacar os aplicativos *Whatsapp*, *Google Meet*, *Google Classroom* e *Kahoot* como os mais buscados pelas escolas para facilitar a transmissão dos conteúdos e fazer a ligação entre o aluno e o professor. Contudo, houve mudanças na forma do processo de ensino-aprendizagem nas escolas do Brasil e do mundo. Os assuntos que antes eram vistos em aulas presenciais, com o uso de livro didático, lousa e contato direto com o professor, passaram a ser ensinados através de telas de computadores, *tablets* ou celulares, por meio de aplicativos.

Supõe-se que os professores que tiveram maiores dificuldades em utilizar a tecnologia, durante o ensino remoto, foram aqueles que possuíam mais anos de magistério e trabalhavam com o método tradicional. Com isso, podemos ver a importância de uma formação continuada, capaz de propiciar aos docentes novas formas de ensinar, potencializando assim as suas práticas pedagógicas. É através da formação continuada que os educadores conseguem aperfeiçoar seus conhecimentos, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade. Essa responsabilidade não cabe apenas ao professor, mas a toda a comunidade escolar.

Para Di Giorgi (et. al., 2010, p. 15), a formação contínua pode ser definida como “um processo constante do aprender a profissão de professor, não como mero resultado

de uma aquisição acumulativa de informação, mas como um trabalho de seleção, organização e interpretação da informação”. A partir do contexto pandêmico, os professores passaram então a estudar e aprender a lidar com a tecnologia interligada ao saber e isso foi um ponto positivo da pandemia, mas que gerou um impacto muito forte quando naquele contexto, precisou ser aprendida às pressas e os profissionais passavam por momentos de medo e insegurança com a pandemia.

A pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil” do Instituto Península em 2021, capitaneado por Ana Maria Diniz, ouviu milhares de docentes da Educação Básica ao longo da pandemia através de um questionário *on-line* realizado em diferentes etapas. De acordo com as respostas dos educadores, 83% destes se sentiam nada ou pouco preparados para o ensino remoto, sendo que 88% dos professores disseram que nunca tinha dado aula remota antes da pandemia, mesmo sendo um grupo bastante conectado ao mundo digital: 99% dos professores declararam possuir celular para trabalhar e 90% tinham *notebook*. Logo assim, eram pessoas conectadas, mas não tinham preparo suficiente para ministrar aulas *on-line*.

Investir na formação de professores e valorizar o seu trabalho é de extrema importância para que a educação do nosso país torne-se de qualidade. Cursos, materiais de apoio e tempo atribuído a estudos são necessários para uma formação contínua. Se a tecnologia já fosse aliada à educação, como acontece em muitos países desenvolvidos, não passaríamos por tantos impasses no ensino remoto, mas o Brasil falta investir muito em ensino de qualidade. Para a BNCC (2017), um dos fatores pertinentes para a melhoria do quadro educacional é uma maior valorização da formação iniciada e continuada do professor, a fim de que estes possam se adequar ao quadro de mudanças que se busca na educação brasileira. Diante disso, é importante um maior investimento.

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado a Base. (BNCC, 2017, p.5)

Por passar por momentos difíceis de medo e insegurança com a pandemia do Coronavírus e também a pressão para dar seguimento com as práticas de ensino e aprendizagens, este processo impactou também na saúde mental dos alunos e

professores. Não foi só na forma de aprender e ensinar que houve alterações, mas o ambiente, a estrutura, o contexto não favoreceu o bem-estar físico e emocional das pessoas. Segundo Barbosa, Viegas e Batista (2020, p. 277), na modalidade de ensino à distância, na qual a utilização das tecnologias é indispensável, o docente, muitas vezes, se sente desanimado e decepcionado por sua falta de conhecimento e domínio pleno da ferramenta.

Com as aulas *on-line*, a sobrecarga dos professores também intensificou. Os educadores passaram a trabalhar nos finais de semana para atender as dúvidas dos alunos, criar as atividades *on-line* e impressas, e fazer as gravações. Como nem todos os estudantes conseguiam acessar os aplicativos, muitas escolas adotaram os materiais impressos e módulos, que eram entregues semanalmente aos responsáveis na escola. Foram criados também grupos de *Whatsapp* para facilitar a interação entre alunos, seus responsáveis e os docentes. Portanto, foram múltiplas as adaptações desenvolvidas, durante o período de pandemia, para atender as necessidades de cada educando e isso fez com que os professores trabalhassem cada vez mais.

A carga horária do professor passou a ser ilimitada; as mídias digitais pessoais como Facebook, WhatsApp, Instagram passaram a ser mídias de trabalho; os feriados passaram a não existir mais como aquele dia de “folga”; a cobrança sobre seu trabalho aumentou muito, é pai, mãe, aluno, coordenador, diretor, secretário de educação; é muita pressão sobre o professor; sua saúde mental não suporta e o esgotamento emocional torna-se evidente. (FERREIRA; FERRAZ, 2021, p.339)

O afastamento social levou os alunos e professores a se sentirem sozinhos. A falta do contato direto afetou muito o aspecto emocional das pessoas, gerando sentimentos de exclusão, solidão, depressão e ansiedade. O distanciamento entre as pessoas alterou os padrões de comportamento da sociedade, e, com o fechamento de escolas, a mudança dos métodos e da logística de trabalho e de diversão, minando o contato próximo entre as pessoas, algo tão importante para a saúde mental.

O que se pode verificar é uma série de atribuições e cobranças delegadas aos docentes que, em alguns casos, não dimensionam a complexidade do fazer pedagógico humano em meio ao Ensino Remoto. Uma performance de ensino e de conteúdos que, por vezes, não considera todos os saberes e capacidades do/a professor/a que está realizando sua atividade profissional. Fatores que influenciam em uma série de sensações como: autorresponsabilização, culpa, ansiedade, medo, entre outros, que passam a acompanhar professores/as e, ao

mesmo tempo, coordenadores/as pedagógicos/as no desenvolvimento do Ensino Remoto. (CEBALHOS; PIRES, 2020, p. 78).

Com a pandemia, o convívio dentro de casa ficou ainda mais intensificado. Não tinha momentos de lazer externo, as crianças não podiam sair para escola ou até mesmo para brincar e encontrar os amigos, os adultos não podiam sair para trabalhar e muitos ficaram desempregados, tinham medo de contrair a doença e morrer ou perder familiares. Portanto, eram muitos os medos e as inseguranças. Os estudantes, além de enfrentar os problemas internos, precisavam lidar com as mudanças no ensino e se esforçar para aprender virtualmente.

Para o professor, sua profissão vai além da sala de aula, da transmissão do saber, dos conhecimentos teóricos. Os educadores são vistos como base, como as referências dos estudantes para o futuro. Por isso, é uma profissão que precisa de uma maior valorização e o cuidado com a saúde mental é imprescindível. O educador lida com vidas, com expectativas e sonhos. Infelizmente muitas pessoas desistem de ser professor por falta de recursos oferecidos, baixos salários e desvalorização da profissão. Gasparini, Barreto e Assunção (2005), entendem que hoje o papel do professor não consiste em somente mediar o processo do conhecimento, mas ampliou-se para fora do ambiente escolar, a fim de ocorrer uma relação direta entre a escola e a família.

A relação família-escola ficou mais estreita durante a pandemia. A educação não pode ser restrita como dever exclusivo da escola e sim como um trabalho conjunto de parceria entre professores, alunos e famílias. Segundo Rego (2003), a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Portanto, ambas são responsáveis pela transmissão e construção de conhecimentos evolutivos nas vidas das pessoas.

Por causa das aulas *on-line*, o contato entre a escola e ambientes domiciliares ficaram conectados entre si. O apoio familiar foi importante para o aprendiz desenvolver-se durante o ensino remoto. Quando os responsáveis incentivam e apoiam os estudantes, os mesmos tendem a avançar diante dos conhecimentos ali adquiridos. Brito (2012) comenta que é responsabilidade dos pais incentivar e acompanhar as atividades escolares de seus filhos, e que ao se formar bons hábitos de estudo mais cedo nos alunos, menores serão os problemas enfrentados com a aprendizagem das crianças.

Os familiares foram então os responsáveis por mediar as aulas juntamente com as crianças, a fim de ajudar a tirar as dúvidas com o auxílio dos professores, a fazer a conexão com as aulas e até mesmo de ir em busca das atividades impressas nas escolas. Portanto, houve uma maior visibilidade do papel do professor por parte das famílias, que nesse momento, puderam vivenciar de perto o funcionamento das salas de aula, nesse caso, as virtuais.

O professor assume o papel de mediador, observador e compartilhar protagonismos dessas vivências, entretanto, durante o ensino remoto, esse protagonismo foi dividido com as famílias, a qual foi estabelecido vínculos e parcerias, onde os professores davam dicas e suportes aos familiares que participavam desses momentos com as crianças. (MALAGUZZI, 2005, *apud* CASTRO, Mayara; ALVES; CASTRO, Débora; 2021, p.7).

Os professores, sobretudo, foram grandes heróis com o seu trabalho frente à pandemia. Muitas vezes sem recursos e preparo suficientes, mas buscaram aprender a ensinar de forma remota, mesmo enfrentando pressões e faltando apoio, seja familiar ou institucional. Muitos dos educadores precisaram investir em recursos para conseguirem ministrar aulas e levar conhecimento aos seus educandos. E, apesar de não serem reconhecidos como tais, fizeram tudo que estava ao seu alcance para que a educação não ficasse estagnada nesse período pandêmico.

Em Sergipe, tivemos em 2020, três resoluções normativas do Conselho Estadual de Educação acerca das medidas adotadas para dar continuidade ao ensino, no Estado durante o início da pandemia do Coronavírus. Foram elas, as Resoluções: 4/2020/CEE, 6/2020/CEE e 8/2020/CEE. Especificamente, no Art. 4º da resolução 4/2020/CEE, foi discutido sobre “as características dos estudos escolares não presenciais como toda e qualquer atividade pedagógica, ordenada para propiciar a transmissão e apropriação de objetos de conhecimento/conteúdos curriculares, mediados pelos professores regentes, por meio de”:

- I - procedimentos digitais: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, podcasts, meios radiofônicos, links, correio eletrônico, aplicativos e outros;
- II - procedimentos convencionais: atividades previstas nos livros didáticos ou paradidáticos adotados pela instituição educacional, apostilas, cadernos temáticos, revistas e outros. (SERGIPE, 2020, p.4).

Podemos perceber nestas orientações normativas, como as atividades pedagógicas foram ampliadas, e o aumento das exigências e demandas sobre as instituições educacionais, públicas e particulares, especialmente sobre os professores e professoras, no sentido de implementar “procedimentos digitais e/ou convencionais”, para garantir os “estudos escolares não presenciais” durante o período de isolamento social. Em um curto espaço de tempo, um ano, três Resoluções do Conselho Estadual de Educação de Sergipe foram aprovadas e socializadas para tentar responder aos desafios do ensino remoto, e das diferentes práticas educativas, exigidas pelo contexto do início da Pandemia do Coronavírus.

Com relação ao retorno ao ensino presencial, em 13 de agosto de 2021, houve a Portaria Nº 3324/2021/GS/SEDUC a qual estabeleceu Diretrizes Gerais para retomada das atividades educacionais de forma presencial nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual, e deu providências correlatas a esse retorno. De acordo com o Art. 2º, “o retorno das atividades escolares presenciais deverá ocorrer de forma simultânea, para todas as turmas da escola, com o uso de metodologia híbrida para a efetivação das aulas”:

§ 1º. As Escolas deverão realizar, quando necessário, o rodízio por turma, observando as condições sanitárias e pedagógicas para realização das atividades, definido horários de refeições diferenciados e evitando aglomerações.

§ 2º. As Unidades Escolares poderão reorganizar a sua grade de horário, para melhor atender sua oferta de ensino na modalidade presencial e remota, sempre respeitando a carga horária e jornada de trabalho dos professores.

§ 3º. Durante o rodízio das turmas, os estudantes que não estiverem em aula presencial deverão estar desenvolvendo atividades remotas, conforme roteiro de estudos, orientado pelos respectivos professores. (SERGIPE, 2021, p.2).

Sergipe adotou as medidas legais necessárias, tanto com relação ao ensino remoto como também, houve uma preocupação ao retorno às aulas presenciais. O Conselho Estadual de Educação procurou encaminhar estratégias para atender a população durante o ensino remoto, contemplando os alunos das escolas públicas e privadas, bem como proporcionou normas para voltar ao presencial de acordo com as cautelas e recomendações dadas pela OMS, a fim de que não gerasse uma maior contaminação do Coronavírus, e fosse respeitada a carga horária de trabalho dos professores.

Entretanto, sabemos que na prática muitos desafios foram enfrentados para implementar o ensino híbrido e o rodízio das turmas, e também para a adaptação dos estudantes do Ensino Fundamental, ao uso das máscaras, às restrições do contato social entre os colegas da mesma turma, à falta de socialização e brincadeiras coletivas no recreio. A necessidade de readaptação ao cotidiano escolar para estudantes, professores e professoras, pais, mães e responsáveis exigiu disciplina, organização, paciência e responsabilidade de cada um e cada uma.

Na próxima seção, vamos analisar os impactos que as alterações, estudadas nesta seção, tiveram nas vivências das professoras do Ensino Fundamental entrevistadas. Compreendemos que o período de 2020 a 2022, trouxe muitas mudanças, no ensino e na vida de todas pessoas, que participam da comunidade escolar e da sociedade em geral.

4. ESCUTANDO E APRENDENDO COM AS PROFESSORAS

Para a realização da coleta de dados, fizemos entrevistas escritas a fim de que professoras da rede estadual e particular pudessem descrever as suas vivências, durante o início da pandemia do Coronavírus, a fase de isolamento social, e também sobre o retorno ao ensino presencial. Foram elaboradas dez perguntas estruturadas, com o objetivo de analisar as experiências vividas por cada educadora, bem como seus principais desafios e aprendizados durante o período pandêmico.

As entrevistas foram feitas durante os meses de novembro e dezembro de 2022, com dez professoras do Ensino Fundamental, residentes nas cidades de Aracaju, Salgado, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe. Foram cinco entrevistadas na rede particular e cinco da rede estadual. Inicialmente, deixamos o roteiro de entrevista com as próprias docentes nas escolas em que lecionavam, após uma conversa sobre o que se tratava a pesquisa.

Cada professora corresponde a letra “P” seguido de um numeral. As educadoras P1 a P5 referem-se às da rede estadual de ensino e possuem em média 46 anos de idade e 14 de magistério. Já as professoras P6 a P10 possuem uma faixa etária de 41 anos e de experiência docente, uma média de 21 anos e atuam na rede privada.

A primeira pergunta feita para as professoras foi referente à experiência docente durante o período de isolamento na pandemia da Covid-19. As docentes então responderam:

P1: “Foi difícil. Tivemos que reformular toda a nossa prática”.

P2: Foi angustiante, senti-me frustrada durante todo o tempo”.

P3: “Reinventar-se! Foi muito assustador, tantas incertezas. Foi uma adaptação, com dificuldades, mas consegui me adequar às tecnologias e ao momento atípico”.

P4: “Totalmente fora do comum, do esperado, pois não houve preocupação por parte das instituições para trabalhar de forma pedagógica, auxiliando os docentes”.

P5: “A experiência foi difícil, muita dificuldade para criar material, atender a demanda, disponibilizar recursos próprios, estimular a participação das famílias”.

P6: “Foi difícil e de muito aprendizado. Tive que aprender a lidar com a tecnologia e a presença dos pais durante a aula”.

P7: “Muito complicada pois não tinha o hábito de gravar a aula, de estar em frente a câmera”.

P8: “Foi um período muito difícil principalmente por não dominar as novas tecnologias. Passamos por um treinamento ofertado pelas escolas que foi muito rápido e nos aprofundamos nos conhecimentos, cada um foi estudando e aplicando nas aulas”.

P9: “Me fez pensar sobre novas formas de ensinar e aprender a partir do manuseio das tecnologias e isso foi um processo desafiador”.

P10: “Muito difícil, desgastante, mas também de muito aprendizado. No início muito choro, noites sem dormir, pois, era tudo novo, tivemos que aprender a lidar com a tecnologia: plataforma, ensino híbrido, aulas *on-line* e muitos pais não entendiam que nós também estávamos no processo de aprendizagem”.

A partir das respostas obtidas podemos perceber o quanto foi um momento difícil e delicado para as professoras entrevistadas ministrar as aulas no ensino remoto. De modo geral, todas citaram palavras que remetem a um processo diferente dos vivenciados até então ao que era no ensino presencial. Sentimentos de medo, angústia e tristezas foram vivenciados durante o período de isolamento social e o fazer docente, afinal, viviam algo novo e precisaram reformular todas as suas práticas docentes.

Quando lhe é apresentada uma proposta de mudança, certamente o professor sofre uma desestabilização em suas crenças e práticas, o novo provoca-lhe conflito. A mudança se introduz em um espaço de contradição em que o professor avalia sua utilidade e o grau de esforço que lhe é exigido (FALSARELLA, 2004, p.10).

A falta de cursos e apoio da direção também foi um problema frequente. Foi citada ainda a questão da adaptação ao novo modelo de ensino, a dificuldade em relação ao uso da tecnologia, e com elas, as novas formas de ensinar e aprender. Por isso, fica claro a importância da formação continuada dos professores. É preciso aliar a tecnologia e a sala de aula para que ambos tornem o processo educativo mais fácil de ser compreendido e unificado.

Outra situação abordada foi com relação à presença dos pais em sala, uma situação atípica e que gera um certo “desconforto” para as docentes, mas também pode ser visto como um apoio ao ensino. Contudo, compreendemos que mesmo com todas as dificuldades, houve um aprendizado significativo por parte das professoras com o ensino remoto. Conseguiram aprender a usar novas plataformas, a inovar em sala de aula e trazer a tecnologia como sua aliada.

Na sequência, as professoras responderam sobre como aconteceram as aulas durante o ensino remoto. As docentes então explicaram:

- P1: “A coordenadora criou um grupo da turma com os pais dos alunos e enviamos vídeo-aula via *WhatsApp* ou *Telegram*”.
- P2: “Através da comunicação aluno/escola (apostilas elaboradas pelo professor) e através do *Google Meet* ou vídeo chamada pelo *WhatsApp*, com duração de 1 hora e envio de um segundo link (no caso do *Meet*)”.
- P3: “Via *WhatsApp*, através de vídeos e conversas, e atividades enviadas e entregues na própria escola”.
- P4: “Aconteceu de forma desumana pois muitos não tinham acesso nem a ir à escola pegar o material escolar, por falta de transporte público escolar”.
- P5: “Criação de grupo de *WhatsApp*, envio de vídeos, chamadas, áudios e posteriormente via módulos impressos”.
- P6: “Através da plataforma *Google Meet*”.
- P7: “As aulas foram gravadas e ao vivo (*Meet*)”.
- P8: “A princípio era totalmente *on-line*, mas depois aderindo ao ensino híbrido”.
- P9: “Vídeo aula gravadas, plataformas *on-line* para interação”.
- P10: “No horário normal das aulas presenciais, de 13h até 17:15h ao vivo”.

Através das análises das respostas, nos chamou atenção as diferenças entre as respostas das professoras de ensino público (P1 a P5) e as do ensino particular (P6 a P10). Aquelas que ministram aulas em escolas da rede privada, deram aula através da plataforma *Google Meet* sendo elas gravadas ou totalmente ao vivo. Já aquelas que lecionam na rede pública, precisaram utilizar vídeos e conversas explicativas na plataforma *WhatsApp*, materiais e módulos impressos e apenas a P3 respondeu que conseguiu utilizar o *Google Meet*.

Essa é uma realidade presente na sociedade brasileira por conta da desigualdade social no país. Alunos de escolas públicas nem sempre têm acesso à *internet* nem possuem aparelhos tecnológicos. Muitos precisaram esperar seus responsáveis chegarem do trabalho para terem acesso ao celular destes, a fim de aprenderem os conteúdos escolares. Aqueles alunos residentes em cidades do interior, tiveram dificuldade até com o acesso às atividades impressas por falta de transporte, como revela a P4. Portanto, houve uma maior dificuldade e um maior transtorno com os alunos de escola pública, por falta de recursos financeiros e de apoio governamental em relação ao ensino remoto quanto a estes estudantes, acarretando assim em um aprofundamento da desigualdade educacional.

A precarização do trabalho docente em nosso país é resultado da desvalorização da educação brasileira, atingindo, sobretudo, as instituições públicas de ensino, com uma significativa parcela de escolas vulneráveis às configurações neoliberais que ditam as regras das reformas políticas e, conseqüentemente, os profissionais da educação em suas diversas dimensões (social, pedagógica e política). (FERREIRA; FERRAZ, 2021, p.324)

A terceira pergunta feita para as docentes foi em relação ao maior desafio vivenciado por cada uma, enquanto profissional da educação no Ensino Fundamental. As professoras responderam:

- P1: “Não ter o contato direto com os alunos e o acesso aos meios tecnológicos”.
- P2: “Ditar as palavras e ensinar a ler, pois os alunos e os pais não sabiam, assim como eu, usar esses recursos”.
- P3: “Estudar ainda mais, pois a reinvenção e busca na pandemia, de que forma e como ensinar? Usar a tecnologia como sua maior aliada”.
- P4: “Foi ver que tanto eu quanto os alunos precisavam de mais recursos pedagógicos e não tínhamos”.
- P5: “Atender as famílias e conscientizar da importância da participação, do limite de horário de atendimento, obter recursos para criar as aulas”.
- P6: “Aprender a usar a plataforma e digitar as atividades e avaliações”.
- P7: “Lidar com a câmera”.
- P8: “Prender a atenção dos alunos e lidar com os problemas pessoais das crianças durante o ano”.
- P9: “Me adaptar a gravar as aulas na plataforma *Meet*”.
- P10: “A falta de bons aparelhos tecnológicos, *internet* com capacidade de suportar a demanda das aulas, falta de engajamento e motivação de alguns alunos e falta de colaboração e participação dos pais”.

Fatores ligados à alfabetização e ao uso da tecnologia foram os mais citados por elas. Ensinar a ler e escrever é uma tarefa difícil e que exige muito profissionalismo, mas, alfabetizar a partir das telas é sem dúvidas, muito mais desafiador. Aliás, o contato direto facilita a transmissão do conhecimento. Além disso, era necessário um apoio das famílias para um melhor desenvolvimento dos alunos.

Cada desafio é capaz de retratar os problemas vivenciados pelas professoras durante o período de isolamento social causado pela pandemia do Coronavírus. Falta de acesso a bons aparelhos tecnológicos e de costume em como lidar com a câmera,

ausência de colaboração dos pais, dificuldade em alfabetizar *on-line*, lidar com os problemas pessoais dos estudantes, entre outros desafios.

Sobre o acesso aos recursos, apoio pedagógico e materiais de apoio dados em cada instituição. As respostas foram variadas como podemos observar a seguir:

- P1: “Apenas apoio pedagógico”.
 P2: “Sim, deu todo o suporte, serviu de ponte e grande auxílio para mim e também para os alunos”.
 P3: “Sim, cursos e inúmeras reuniões virtuais”.
 P4: “Em boa parte, só alguns impressos e com avisos para ser bem resumido para economizar folhas”.
 P5: “A escola disponibilizou a impressão e entrega dos módulos”.
 P6: “Apenas *notebook* para aqueles que não tinham”.
 P7: “Sim. *Data-show*, suportes, profissionais na área de informática”.
 P8: “Sim. Um *Ipad*, celulares, *notebook* e plataformas de estudos”.
 P9: “Sim, tudo o que foi preciso”.
 P10: “Sim, computadores e *notebooks* para quem não tinha em casa”.

Em geral, todas as professoras receberam algum tipo de apoio pedagógico. É muito importante para a escola dar todo o apoio e recursos necessários, visto que muitas educadoras não tinham domínio e conhecimento tecnológico em como ministrar aulas de forma remota, e nem sempre possuíam ter aparelhos capazes de suportar as longas horas de aula. Aparelhos, cursos, materiais impressos e apoio pedagógico foram os recursos mais oferecidos a elas e que foram capazes de auxiliar a seguir com as suas aulas.

Foi perguntado, em seguida, se as professoras tiveram algum tipo de gasto com relação ao ensino remoto, se elas precisaram comprar algum tipo de material para poderem ministrar as suas aulas. Elas, então, responderam:

- P1: “Fugiu do orçamento, precisei comprar um *notebook*, celular novo”.
 P2: “Precisei comprar um novo *Laptop*, fone de ouvido, suporte para celular, quadro de giz e giz”.
 P3: “Sim, quadro, computador e etc”.
 P4: “Cursos *on-line*, materiais impressos e livros”.
 P5: “Aumento de *internet*, aquisição de novo celular e *notebook*”.
 P6: “Precisei aumentar a *internet* e comprar um novo *chip*”.
 P7: “Nenhum”.
 P8: “Precisei adquirir um *notebook* e mudar o plano da *internet*. Comprei quadro e pilotos para repassar atividades de matemática”.
 P9: “Nenhum”.

P10: “Gastos com energia e *internet*. Precisei comprar um telefone novo pois o meu pifou e o contato com os pais dos alunos era totalmente por telefone”.

Analisando as respostas obtidas, podemos ver que 80% das entrevistadas precisaram adquirir algum tipo de recurso para dar continuidade com o ensino em suas turmas. As professoras precisaram aprender, em um curto período, como ministrar as aulas, e ainda assim, tiveram que tirar dinheiro do próprio bolso para conseguir manter o exercício da docência. Essas respostas contrapõem-se muito com as da pergunta anterior, a qual todas revelaram ter recebido algum tipo de apoio ou recursos institucionais. Logo assim, podemos perceber que mesmo tendo esses recebimentos, precisaram investir também.

O ensino como trabalho na pandemia, onera no bolso do professor, pois enquanto este tem gastos que não serão ressarcidos, o governo e as instituições economizam, pois, os gastos que teriam num ensino presencial foram transferidos aos professores no ensino remoto. (FERREIRA; FERRAZ, 2021, p.338).

A professora P9, foi a única docente que não teve gastos com o novo modelo de ensino e recebeu apoio e recursos da instituição de ensino. Esse é um tipo de realidade que deveria ser mais visto entre elas, pois era o mínimo a ser ofertado, visto que as escolas particulares recebiam as mensalidades dos estudantes e as de ensino público, possuem verbas voltadas para a educação.

A sexta pergunta foi sobre a frequência dos alunos nas aulas *on-line*. As docentes comentaram que:

P1: “Não, pois o celular era dos pais e os mesmos no horário das aulas estavam trabalhando”.

P2: “Não, muitos dependiam do aparelho dos pais, além de que alguns não tinham acesso à *internet*. Conteí apenas com 10% da turma a cada vez. Havia alunos fixos, mas também tinha rodízio”.

P3: “Muito pouco, a maioria sem acesso à *internet* e sem dispositivos”.

P4: “Não, pois muitos não tinham nem celulares, quanto mais outros recursos”.

P5: “Não”.

P6: “Foi muito difícil manter os alunos pois os pais não acreditavam no ensino remoto, mas conseguimos manter”.

P7: “Não, alguns alunos não entravam na aula ao vivo”.

P8: “Por se tratar de uma escola particular, eles frequentaram, porém, havia muitas reclamações”.

P9: “Sim”.

P10: “Sim, 90% dos alunos participavam regularmente das aulas”.

Em relação à frequência dos estudantes durante as aulas *on-line* é perceptível a ausência dos mesmos. Apenas 30% respondeu que os alunos frequentaram as aulas. A ausência nas aulas *on-line*, pode ser compreendida por múltiplos fatores. Dentre eles estão associados a pouca credibilidade dos pais e familiares dados ao ensino remoto. Por se tratar de aulas virtuais, poucos acreditaram que os alunos poderiam aprender e desenvolver. Esses pensamentos fizeram crescer o alto número de evasões e déficits de aprendizagens.

Outra situação, como cita a P2, os estudantes dependiam dos aparelhos celulares de seus pais e os mesmos não estavam em casa durante o horário das aulas. Outros, por sua vez, não possuíam *internet* para poderem acessar os encontros virtuais. Contudo, vimos que foram poucos os alunos que puderam acompanhar os conteúdos e encontros remotos realizados.

A pergunta seguinte foi sobre a participação e colaboração dos pais ou familiares durante as aulas *on-line*. Para cada professora, houve circunstâncias diferentes:

P1: “Na maioria das vezes não”.

P2: “Sim, em parte, só acompanhavam os pais dos alunos que acompanhavam as aulas remotas. Houve muitos que nem as apostilas pegavam e outros que as respondiam para seus filhos”.

P3: “A maioria”.

P4: “Em alguns casos sim, mas a maioria não tinha nem instrução para orientar seus filhos”.

P5: “Alguns foram colaborativos, alguns nunca pegaram os materiais na escola ou fizeram contato”.

P6: “Sim”.

P7: “Alguns pais”.

P8: “Sim, participavam”.

P9: “Alguns”.

P10: “Poucos participavam, acompanhando tanto nas aulas quanto nas atividades”.

Como foi exposto, não foram todos os familiares que acompanharam as crianças durante as aulas *on-line*. No processo ensino-aprendizagem, o apoio familiar é indispensável para um melhor aproveitamento dos estudantes. A questão é a falta de prioridade ao ensino, onde muitos transferem a responsabilidade de ensinar apenas para o professor ou professora. Como cita a P2, havia pais que respondiam as tarefas dos

seus filhos, justamente, por não se preocuparem com a aprendizagem dos mesmos. Já a P5 cita que houve pais que não iam nem buscar as apostilas das crianças.

O papel dos pais, por exemplo, é fundamental e pode haver importantes diferenças entre uns alunos e outros em função do apoio que recebem em casa neste período. Os alunos cujos pais possuem maior nível de escolaridade podem receber mais ajuda durante a quarentena, o que pode aumentar as diferenças entre os alunos (SANZ; SAINZ; CAPILLA, 2020, p. 8).

Alguns responsáveis também não tinham conhecimento para ensinar a seus filhos como revela a P4, professora da rede pública. Sabemos que o analfabetismo total e funcional ainda é muito presente na nossa sociedade, é difícil um adulto que não sabe ler nem escrever, possa auxiliar nas tarefas e atividades enviadas para a residência dos estudantes.

Perguntamos também sobre o retorno ao ensino presencial, especificamente, qual foi o maior desafio de cada uma. Obtivemos variadas respostas por se tratar de uma experiência bastante individual:

P1: “Agora no presencial, temos que nos adaptar, os alunos não têm a mesma concentração e motivação, além da dificuldade de aprendizagem de alguns”.

P2: “Foi encontrar alunos totalmente fora do ritmo, desacostumados, viciados em tv e celular (*Tik Tok*), sonolentos e alguns com quadro de ansiedade, depressão”.

P3: “Principalmente alterações comportamentais e reações emocionais típicas como: dificuldade de concentração, irritabilidade, medo, inquietação e maior dificuldade na aprendizagem”.

P4: “Os alunos voltaram cheios de manias, falta de concentração, medo, isolamento, e o pior, alunos com crises de ansiedade”.

P5: “A maior foi no declínio da aprendizagem que não era satisfatório”.

P6: “Manter o distanciamento e o uso de máscara entre os alunos”.

P7: “Em relação ao uso de máscaras e higienização”.

P8: “Tínhamos uma nova realidade em relação a aprendizagem (muita dificuldade), o comportamento, respeitar as regras, tudo foi se normalizando aos poucos. No final de 2021 de forma híbrida”.

P9: “Não tive nenhuma dificuldade”.

P10: “O ensino híbrido, desmotivação dos alunos, o distanciamento, uso de máscaras e trazer os alunos de volta a realidade da sala de aula, a estarem atentos aos conteúdos”.

A falta de concentração foi uma situação muito citada pelas professoras. Como estavam desacostumados com o ritmo escolar, os alunos não conseguiam se concentrar nas aulas. Joguinhos, televisão e aparelhos celulares foram muito usados durante o período de isolamento, e esses hábitos acarretam em vícios, irritabilidade, inquietação no período do retorno às aulas presenciais.

O uso de máscaras e distanciamento, no retorno às aulas presenciais, também foram desafios, pois, por serem crianças, nem sempre têm um entendimento sobre a importância das medidas de proteção. Além disso, ficaram muito tempo isolados, e as crianças, geralmente, gostam do abraço, do toque, da conversa e sentiam falta do ambiente escolar.

Já com relação às dificuldades de aprendizagens, foram acarretadas devido aos problemas vistos anteriormente, como a pouca acessibilidade ao ensino *on-line*, pouca participação dos pais e a falta de acesso às tecnologias, e também aos problemas emocionais provocados pelo período de isolamento.

Sobre a situação dos alunos em relação ao retorno ao ensino presencial, especificamente quanto à aprendizagem e a convivência entre aluno-aluno e professor-aluno. As professoras relataram:

P1: “Mudou completamente. Alunos de 3º série estão estudando assuntos de 1º ano, temos que iniciar a alfabetização com alunos de 8 anos. Hoje o mundo dos alunos é virtual, perdeu-se o contato físico”.

P2: “Aqueles que responderam as apostilas e que tiveram acompanhamento dos pais, conseguiram produzir mais e seguir no aprendizado. Porém, a maioria ficou atrasada e carente de atenção e carinho”.

P3: “A defasagem escolar é causadora de muitos danos no ambiente escolar e no desenvolvimento pleno da criança, composta por alunos em diferentes fases de aprendizagens e necessidades únicas, é cada vez mais difícil para os professores suprirem as demandas educacionais. A conversa franca e aberta com os alunos é o caminho ideal, acolher essas crianças com amor e carinho para que elas entendam o cenário atual”.

P4: “Continua sendo um desafio dia após dia porque os costumes adquiridos levam tempo para ser readaptados do contexto, sendo ele escolar ou pessoal”.

P5: “Na convivência não vi alteração significativa, mas no que se refere a aprendizagem a perda foi significativa”.

P6: “Eles retornaram com muito entusiasmo, mas dispersos durante as aulas. Muitos conteúdos precisaram voltar ao início para que aprendessem e intensificar as aulas de leitura e alfabetização. Tive alunos que esqueceram até das letras”.

P7: “Muitas dificuldades na leitura e na escrita, falta de concentração. A convivência eles voltaram com mais energia e mais empolgados com os amiguinhos”.

P8: “Alguns alunos voltaram bem irritados, não queriam obedecer e respeitar as regras. Queriam estar sempre com o celular na mão”.

P9: “A questão da saúde mental dos estudantes, que muitas vezes apresentam ansiedades”.

P10: “Em relação ao aprendizado, percebi dificuldade entre os alunos, até porque muitos entravam na aula, mas não acompanhavam como na presencial, às vezes nem respondiam as atividades. A convivência apesar de voltar mais agitados, foi tranquilo”.

Como podemos ver, as situações dos estudantes em relação à aprendizagem foram muito atingidas. Alunos que conseguiram acompanhar o ensino remoto, ainda avançaram nos estudos, mas aqueles que não, ou seja, a grande maioria, precisou retroceder com os conteúdos e os processos de aprendizagens. Portanto, houve um retrocesso no rendimento escolar dos estudantes em geral, mesmo em diferentes níveis, todos sofreram impactos.

Sintomas como ansiedade e problemas de saúde mental também foram vistos. Por estarem muito tempo em casa, os alunos não aproveitaram tanto a infância e os contatos com os aparelhos tecnológicos aumentaram, provocando assim, vícios. Para Dutra, Carvalho e Saraiva:

As crianças estão sentindo os impactos da pandemia, sobretudo os impactos da suspensão das aulas. Mesmo que brincar seja algo prazeroso e fundamental, elas necessitam do contato com os colegas, os professores e o ambiente escolar. (2020, p.300)

Já a décima e última pergunta pedia para que cada professora descrevesse quais foram os seus principais aprendizados durante o período de pandemia, especialmente nos anos 2020 e 2021, enquanto profissionais da educação:

P1: “Que devemos investir na formação continuada pois o professor não pode ficar estagnado”.

P2: “Foi um período de superação, ter que correr para socorrer, ou não piorar o quadro de falta de aprendizado presencial e ter que andar a segunda milha, enfim, descobrir que sou capaz de ir um pouco mais longe do que imaginei ser capaz”.

P3: “O amor a Deus, que devemos agradecer todo dia ao Pai por mais um dia de vida. A experiência na parte profissional, a partir da crise pela Covid-19, aprendendo a aprender, inovando no momento tão atípico”.

P4: “Aprendi que não sei o suficiente, sempre precisarei buscar mais e mais para continuar contribuindo com minha vida profissional dentro daquilo que poderei oferecer que é o conhecimento. “Aprender para ser” bom profissional, boa professora, boa pessoa”.

P5: “Aprendi a cuidar mais da minha saúde e intensifiquei ainda mais a valorização do meu trabalho”.

P6: “Que a profissão exige múltiplas adaptações e precisamos sempre inovar e estudar”.

P7: “Foi de inovar. Como gravei muitas aulas e pude me assistir, eu me avaliei e comecei a observar se a aula era chata e sem graça, então comecei a procurar deixá-las mais divertidas e interessantes”.

P8: “O professor precisa estar em constante aprendizagem, buscando sempre novas formas de trabalhar com os alunos”.

P9: “Aprendizado e desenvolvimento pessoal”.

P10: “Autoconfiança, acreditar na minha capacidade de aprender algo novo, realizar tarefas e alcançar objetivos. A pandemia nos fez sair da nossa zona de conforto e valorizar ainda mais a minha profissão”.

Com as respostas da última pergunta, vemos como foi de grande aprendizado todo esse processo vivenciado pelas docentes. A importância da profissão, a continuidade com os estudos, auto-observação, a busca por inovação pedagógica e a autovalorização foram seus principais aprendizados. Para todas, foi um momento de superação pois conseguiram manter seus papéis como educadoras, de uma forma muito eficiente e superaram o receio no manuseio das tecnologias em sala de aula.

Essa pandemia serviu para que algumas pessoas percebessem a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem, de sua interação com os alunos, de sua mediação nessa aprendizagem, de sua presença física. Apesar de todas as tecnologias e inovações, sem a presença do professor, a aprendizagem não acontece de modo efetivo. Percebemos, ainda, que existem muitos professores com realidades diferentes, cada um com suas dificuldades, mas mesmo com várias dificuldades, muitos professores conseguiram se superar, foram verdadeiros heróis, de forma que vale parabenizá-los pelo esforço em tentar minimizar esses problemas, aprendendo para ensinar. (SIMÕES; NASCIMENTO, 2021, p.20).

Através das perguntas e respostas obtidas, percebemos o quanto as professoras se esforçaram para dar um ensino de qualidade aos seus alunos. Mesmo diante de todas as dificuldades, foram verdadeiras guerreiras e buscaram inovar, aprender e se qualificar para o ensino remoto. Lutaram contra a defasagem escolar e fizeram de tudo para manter os estudantes nas escolas, se adequando às necessidades de cada um.

5. Considerações Finais

Este estudo permitiu analisar, a partir das vivências das professoras das escolas de Ensino Fundamental, os principais impactos e desafios no tempo de pandemia da Covid-19, mais especificamente, no período de 2020-2021. Foi possível, ainda, identificar as estratégias e metodologias utilizadas pelas docentes no processo do ensino remoto, e durante a retomada das aulas presenciais. Nas entrevistas realizadas, percebemos a importância da formação continuada dos professores, e como se deu o acesso às novas tecnologias de ensino, por estudantes e professoras do Ensino Fundamental, no ensino remoto.

Durante os estudos dos referenciais bibliográficos, compreendemos os impactos em relação a quantidade de crianças com idade entre 6 e 7 anos, que não foram alfabetizadas durante o pico da pandemia. Os números foram alarmantes e isso demonstra a desigualdade educacional, que atinge, principalmente, as regiões mais pobres do nosso país, e as escolas públicas. Constatamos também que o Ensino Fundamental foi a fase escolar mais atingida de acordo com as pesquisas. Vítimas de uma exclusão digital, a principal dificuldade desses alunos e professoras foi ter acesso aos equipamentos tecnológicos e lidar com o seu manuseio.

A importância da presença dos familiares no processo de ensino-aprendizagem, capaz de garantir reações positivas para o aprendizado dos estudantes, foi relevante. Assim como, a necessidade da formação continuada dos professores e professoras, a fim de proporcionar um ensino de qualidade para seus educandos, e garantir ainda de melhores condições de trabalho, também foram aspectos que foram citados nas respostas das professoras entrevistadas. O uso da tecnologia pode proporcionar aos educadores, recursos didáticos eficazes na produção e aquisição de saberes e conhecimentos, e para isso acontecer, é necessário formação e acesso a esses meios.

Um fator bastante atingido pela pandemia foi com relação a saúde mental das professoras e alunos, pois, por vivenciar um momento atípico e com presença de medos, inseguranças e mudanças, muitas pessoas passaram a sentir ansiedade, depressão e outras sensações que prejudicam o bem-estar humano.

Com os resultados da pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas com as profissionais do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares de Aracaju, Salgado, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, foi possível adentrar na realidade dessas instituições de ensino, compreendendo que cada escola possui particularidades, e cada comunidade escolar lidou com as adversidades do ensino remoto de maneira distinta. Percebemos que foram adotadas metodologias relacionadas às distintas realidades educacionais, buscando respeitar, na medida do possível, o acesso dos estudantes aos dispositivos pedagógicos, a fim de continuar com o ensino e não paralisar a educação.

Como aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, pude vivenciar as dificuldades de adaptação ao ensino remoto, em 2020 e 2021, seja no uso das novas tecnologias e das plataformas virtuais, como também de novas necessidades de organização do cotidiano para manter meus estudos, a atenção e concentração. A volta às aulas presenciais em 2022, exigiu outro processo de ajustes.

Foi apenas no dia 11 de janeiro de 2023, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, foi alterada pela Lei nº 14.533/2023. Ela instituiu a Política Nacional de Educação Digital- PNED e alterou as demais leis nº 9.448, 10.260 e 10.753. Contudo, precisou ocorrer tantos retrocessos no sistema educacional para criarem medidas a fim de aliar a tecnologia às salas de aula.

Em um futuro próximo, esperamos que mais pesquisas possam ser capazes de identificar os percursos de aprendizagem e de formação das crianças que vivenciaram o período de pandemia na fase escolar do Ensino Fundamental, em relação às dificuldades, adaptações e níveis de socialização. Poderão, ainda, esclarecer sobre os impactos do uso das tecnologias em sala de aula, dessa vez, nos encontros presenciais, detectando se houve um maior aperfeiçoamento em relação ao acesso a novas ferramentas pedagógicas, propostas pela nova lei de 2023.

Lembramos que os resultados da nossa investigação, não podem ser generalizados para outros contextos educacionais, mas esperamos poder contribuir com algumas reflexões e resultados.

Assim, esta investigação propôs abordar os impactos da pandemia da Covid-19, no Ensino Fundamental, a partir das percepções e olhares das professoras. Elas que

enfrentaram barreiras e muitos desafios pessoais e profissionais, e que contribuíram de forma significativa para a continuidade do ensino e a garantia melhores condições de aprendizagem aos seus alunos. Naquele momento, adotando estratégias que foram capazes de acolher os educandos de acordo com a necessidade e a realidade de cada um. Mesmo sabendo dos limites impostos pela longa história de desigualdade social e educacional no país.

6. Referências Bibliográficas

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Testes para Covid-19: perguntas e respostas. **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/testes-para-covid-19-perguntas-e-respostas>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

BAHIA, N. P. Pandemia!!! E agora? Reflexões sobre o cotidiano escolar à distância . **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 116-125, 2020. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v31i1p116-125. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/174489>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F.. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. In: **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BERTOLD, J. COVID-19: Infectologista orienta sobre contaminação. **Prefeitura de Navegantes**, 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.navegantes.sc.gov.br/noticia/14507/covid-19-infectologista-orienta-sobre-contaminacao>. Acesso em 26 de jan. de 2023.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020**. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Abr. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 343/GM/MEC**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20das,Novo%20Coronav%C3%ADrus%20%2D%20COVID%2D19>. Acesso em 05 de abr.2023

BRASIL tem mais de dez milhões de analfabetos jovens e adultos.. **Agência de notícias da indústria**, 2022. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-analfabetos-jovens-e-adultos/>. Acesso em 06 de abr.de 2023.

BRITO, K. R. S; FREITAS, V. O. Escola e Família: responsabilidade compartilhada. In: **Anais do VI Colóquio Internacional 'Educação e Contemporaneidade'**, 2012, São Cristóvão. Educação, Sociedade e Práticas Educativas, 2012. Disponível em :http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/154.pdf. Acesso em 11 de abr. de 2023.

CEBALHOS, C. M.; PIRES, C. S. A atuação na escola na pandemia: um relato de experiência. In: RIGUE, Fernanda; MALAVOLTA, Ana (org.). **Costuras entre**

educação e saúde: possibilidades em movimento. 1.ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2021. p.68-81

CASTRO, M. A. de; ALVES, M. M. ; CASTRO, D. D. de . Educação infantil e pandemia: família e escola em tempos de isolamento social. In: **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–12, 2021.

CINTRA, L. B.s et al.. Ensino e tecnologias: diferenças entre o ensino híbrido, ead, presencial e o remoto emergencial. **Anais do VIII ENALI..** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/84733>>. Acesso em: 12/04/2023 15:32.

DI GIORGI, C. A. G. et. all. **Necessidades formativas de professores de redes municipais:** contribuições para a formação de professores critico- reflexivos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DUTRA, J. L. C.; CARVALHO, N. C. C.; SARAIVA, T. A. R. Os efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental das crianças. In: **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 293-301, 2020.

EFEITOS colaterais das vacinas COVID-19. **Organização Mundial da Saúde**, 31 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.who.int/pt/news-room/feature-stories/detail/side-effects-of-covid-19-vaccines>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

FALSARELLA, A. M.. **Formação continuada e prática de sala de aula:** os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Campinas, SP: Autores associados, 2004. (Coleção Formação de Professores).

FERREIRA, A. de A. O Computador no Processo de Ensino Aprendizagem: da Resistência a Sedução. In: **Trabalho & Educação**, v.17, nº 2, Maio/ ago 2008. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/330/299>. Acesso em: 08 de abr. de 2023.

FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. D; FERRAZ, R. de C. S. N. Trabalho docente na pandemia: discursos de professores sobre o ofício. **Fólio - Revista de Letras**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2021. DOI: 10.22481/folio.v13i1.9070. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9070>. Acesso em: 5 de nov. 2022.

FERREIRA, S. Hospitais de Campanha e a expansão da capacidade de atendimento no enfrentamento a COVID-19. **OPGH|EPSJV, Fiocruz**, 07 de dez. de 2020. Disponível em: <https://observatoriohospitalar.fiocruz.br/debates-e-opinioes/hospitais-de-campanha-e-expansao-da-capacidade-de-atendimento-no-enfrentamento>. Acesso em 16 de jan. de 2023.

GARCIA, L. P.. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiologia E Serviços De Saúde**, Brasília, 2020.

GASPARIN, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. V. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p. 189-199, 2005.

GONÇALVES, M.. **Exclusão digital na era da inclusão digital**. (Monografia de Especialização). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

IMPORTÂNCIA e benefícios da vacinação. **Tribunal Regional Eleitoral-SE**, 16 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/importancia-e-beneficios-da-vacinacao>. Acesso em 21 de jan. de 2023.

JULIÃO, André. Vacinados podem se infectar e transmitir variante alfa do novo coronavírus. **Agência Fapesp**, 26 de jul. de 2021. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/vacinados-podem-se-infectar-e-transmitir-variante-alfa-do-novo-coronavirus/36415/>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

MAGALHÃES, R. C. da S. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1263-1267.

MARQUES, R. de C.; SILVEIRA, A. J. T.; PIMENTA, D.N. A pandemia de Covid-19: intersecções e desafios para a História da Saúde e do Tempo Presente. In: REIS, Tiago Siqueira et al (Orgs.). **Coleção História do Tempo Presente, Volume 3**. 3ed. Roraima: Editora UFRR, 2020, v. 3, p. 1-31.

MELLO, M. Organização Pan-Americana da Saúde considera o Brasil um perigo para a região. **Brasil de Fato**, 24 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/24/organizacao-pan-americana-da-saude-considera-o-brasil-um-perigo-para-a-regiao>. Acesso em 12 de jan. de 2023.

NERI, M.; OSORIO, M. C.. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. In: **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 10, n. 19, p. 28-55, 2021.

NÓVOA, A.. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

ÔMICRON representa 100% das variantes circulantes no estado de São Paulo, segundo Rede de Alerta. **Portal do Butantan**, 03 de mar. de 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/o=micron-representa-100-das-variantes-circulantes-no-estado-de-sao-paulo-segundo-rede-de-alerta>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde, 30 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em 23 de jan. de 2023.

PESQUISA do Grupo Pardini revela como variante Delta se instalou no Brasil. **MEDICINA S/A**, 28 de abr. de 2022. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/variante-delta-brasil/> . Acesso em 15 de jan. de 2023.

POR QUE acontecem mutações do SARS-CoV-2 e quais as diferenças entre cada uma das variantes. Portal do Butantan, 09 de set. de 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/por-que-acontecem-mutacoes-do-sars-cov-2-e-quais-as-diferencas-entre-cada-uma-das-variantes>. Acesso em 08 de jan. de 2023.

QUAL o intervalo entre as doses das vacinas contra a Covid-19. Prefeitura de Joinville, 22 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/qual-o-intervalo-entre-as-doses-das-vacinas-contra-a-covid-19/>. Acesso em 21 de jan. de 2023.

QUEIROZ, M. I. P.(1988). **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (ItáliaBrasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.

REGO, T. C. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SCAFF, J. H. (2020) Coronavírus e a recusa vacinal: a questão da obrigatoriedade da vacinação e o papel das empresas na preservação da saúde de seus colaboradores. **Revista Jus Navigandi**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82227/coronavirus-e-a-recusa-vacina>. Acesso em 11 de jan. de 2023.

SEGUNDO IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. **Undime Brasil**, 2021. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/14-04-2021-13-19-segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA. Portaria Nº 3324/2021/GS/SEDUC. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 13 de ago. de 2021.

SERGIPE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 4/2020/CEE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 15 de abr. de 2020.

SERGIPE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 6/2020/CEE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 25 de jun. de 2020.

SERGIPE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 8/2020/CEE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 10 de set. de 2020.

SILVA NETO, M. H. da; PIRES, I. dos S.. Ensino (para o controle) remoto: quase um episódio de Black Mirror. In: INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira et al. (org.). **Fraturas expostas pela pandemia: Escritos e experiências em educação**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2020.

SOUZA, M. E. I. B.; NOVAES, N. M. F; ZIRPOLI, B. B. P.. **O Impacto da Pandemia por Covid19 na Saúde Mental dos Professores: Revisão Sistemática da Literatura**. Trabalho de conclusão de curso Psicologia. Repositório Institucional da Faculdade Pernambucana de Saúde, FPS, 2021.

VACINA do Butantan atinge 100% de eficácia para casos moderados e graves. Portal do Butantan, 14 de jan. de 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/vacina-do-butantan-atinge-100-de-eficacia-para-casos-moderados-e-graves>. Acesso em: 25 de jan. de 2023.

VACINAÇÃO infantil. **Secretária de Saúde do Distrito Federal**, 02 de fev. de 2023. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/vacinacao-infantil-contr-a-covid-19>. Acesso em 13 de jan. de 2023.

VACINADOS podem se infectar e transmitir variante alfa do novo coronavírus. **Agência FAPESP**, 2021. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/vacinados-podem-se-infectar-e-transmitir-variante-alfa-do-novo-coronavirus/36415/>. Acesso em 15 de jan. de 2023.

VARIANTE gama provocou mais mortes de mulheres e jovens no Amazonas, conclui estudo. **Portal do Butantan**, 16 de dez. de 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/variante-gama-provocou-mais-mortes-de-mulheres-e-jovens-no-amazonas-conclui-estudo> . Acesso em 14 de jan. de 2023.

VIEIRA, A. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. **Senadonotícias**, 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>. Acesso em 24 de jan. de 2023.

VILLEGAS, M; SILVA, D. Ser professor no contexto da pandemia: ações e vivências. In: VILLEGAS, V.. **Testemunhas da pandemia**. Curitiba: Appris, 2021. p.85-96.

SANZ, Ismael; SAINZ, Jorge; CAPILLA, Ana. Efeitos da Crise do COVID-19 na Educação. In: **Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI)**. Madrid, Espanha. 2020. Disponível em: <https://www.oei.es/uploads/files/news/covid19/1747/informe-covid-19pt.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

SIMÕES, J.; NASCIMENTO, L.. Desafios do professor de história em tempos de pandemia. In: SOUTO, Paulo; CONCEIÇÃO, Joaquim. **Memórias de professores nordestinos de história: Docência no contexto de pandemia do Covid-19**. EDUPE, Recife, 2021, p.8-22.

SOUZA, R. de C. S. (org.) et al. **A pandemia da exclusão: educação inclusiva para quem?** 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

ZANETTE, M. S.. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista** [online]. 2017, v. 00, n. 65 [Acesso em 29 de nov. 2022] , p. 149-166. Disponível em: . ISSN 0104-4060. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>.

ZOLIN, B. COVID-19: Conheça os principais sintomas de cada variante. **Drauzio**, 03 de ago. de 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/coronavirus/covid-19-conheca-os-principais-sintomas-de-cada-variante/>. Acesso em 11 de jan. de 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DISCENTE: ANY GABRIELA SANTOS DA CUNHA
ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANAMARIA BUENO
TEMA DA MONOGRAFIA: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19
NO ENSINO FUNDAMENTAL: VIVÊNCIAS DOCENTES**

ENTREVISTA PARA CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

NOME _____
IDADE: _____ **SEXO:** () FEMININO () MASCULINO
ANOS DE MAGISTÉRIO: _____ **REDE DE ENSINO:** _____
TURMA MINISTRADA NO ENSINO REMOTO: _____
TURMA NO RETORNO AO ENSINO PRESENCIAL: _____

1. COMO FOI A SUA EXPERIÊNCIA DOCENTE DURANTE A PANDEMIA, NO PERÍODO DE ISOLAMENTO?

2. COMO ACONTECERAM AS AULAS NO ENSINO REMOTO?

3. QUAL FOI O SEU MAIOR DESAFIO AO MINISTRAR AS AULAS?

4. A ESCOLA OFERECEU RECURSOS, APOIO PEDAGÓGICO OU MATERIAIS DE APOIO?

5. QUAIS FORAM OS SEUS GASTOS EM RELAÇÃO AO ENSINO REMOTO? VOCÊ PRECISOU COMPRAR MATERIAIS?

6. OS ALUNOS FREQUENTARAM REGULARMENTE AS AULAS *ON-LINE*?

7. OS PAIS OU FAMILIARES PARTICIPAVAM E COLABORAVAM COM AS AULAS REMOTAS?

8. QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO RETORNO PRESENCIAL? QUANDO FOI QUE VOCÊ VOLTOU AO PRESENCIAL?

9. COMO VOCÊ AVALIA AS SITUAÇÕES DOS ALUNOS NO RETORNO AO ENSINO PRESENCIAL EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM E CONVIVÊNCIA ENTRE ALUNOS-ALUNOS E ALUNOS-PROFESSORES?

10. QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS APRENDIZADOS DESTE PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19, ENTRE 2020 E 2021, PARA VOCÊ, ENQUANTO PROFISSIONAL?